



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura
Área Temática: Segurança Alimentar
Período de Análise: 01/09/2012 a 30/09/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Índice

Receita de agrotóxico pulverizado em análise. Mônica Bidese – Site do MAPA. 03/09/2012	5
Pesquisa mapeia contaminação por agrotóxicos em MT – Site do MST. 03/09/2012	5
Câmara discute agrotóxicos para culturas menos protegidas – Site do MAPA. 04/09/2012	6
MDS e parceiros comemoram entrega de 500 mil cisternas no Semiárido. Site do MDS. 04/09/2012.....	7
Justiça de Córdoba condena fazendeiros por pulverização com agrotóxicos. Gisele Teixeira – Site do MST. 04/09/2012	8
Monsanto negocia semente vetada na China, diz Aprosoja. Veloso e Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 04/09/2012.....	9
Alimentos pressionam e analistas estimam IPCA entre 0,38% e 0,43%. Machado e Francine De Lorenzo – Valor Econômico. 05/09/2012.....	10
Cesta básica sobe em 15 capitais em agosto – Folha de São Paulo. 05/09/2012	12
Alta de alimentos já preocupa menos a FAO. Assis Moreira – Valor Econômico. 05/09/2012 ..	13
Inflação oficial em agosto é de 0,41%; alimento puxa alta – Folha de São Paulo. 06/09/2012..	14
FAO já não vê crise de preços dos alimentos. Assis Moreira – Valor Econômico. 10/9/2012	14
MDS repassará R\$ 2,6 bilhões para Conab investir no PAA – Site da CONAB. 11/09/2012	15
Experiência brasileira com o Pnae será apresentada no Chile. Site do MDA. 11/09/2012	15
Ministro participa de assinatura de cooperação com o MDS – Site do MAPA. 12/09/2012.....	16
Conab representa Brasil em Londres e discute crise de alimentos – Site da CONAB. 12/09/2012	17
Delegação do Malawi conhece experiência brasileira em programa de alimentação escolar. Site do MDA. 12/09/2012.....	17
Pesquisa com transgênico na China é alvo de suspeitas – Valor Econômico/ Dow Jones Newswires. 12/09/2012	18
Movimento Ocupa Monsanto realiza manifestações contra a transnacional. Natasha Pitts – Site do MST. 13/09/2012	19
Projeto Alimentos Biofortificados avança pelo País – Site do MAPA. 13/09/2012.....	20
Mendes recebe pedido de atenção para uso de agrotóxicos no País – Site do MAPA. 14/09/2012	21

Projeto de Lei pretende banir diversos agrotóxicos e reavaliar o uso do glifosato – Site do MST. 14/09/2012.....	22
Estados e DF terão R\$ 8 milhões para investir no Sistema Nacional de Segurança Alimentar – Site do MDS. 14/09/2012	22
PAA incentiva famílias a ficarem nas áreas rurais. Site do MDS. 14/09/2012	23
Lei de Segurança Alimentar e Nutricional completa 6 anos – Site do MDS. 14/09/2012.....	24
Agrotóxicos encontram mercado fértil em terras brasileiras. Henrique Kungler – Site do MST. 17/09/2012.....	25
Movimentos criticam tese de que agronegócio acabaria com a fome no mundo – Site do MST. 17/09/2012.....	30
Sustentabilidade à Mesa: projeto aproxima hoteleiros de agricultores familiares. Site do MDA. 17/09/2012	33
Grandes empresas alimentícias querem esconder a origem de seus produtos. Stephanie Strom – Site do MST. 18/09/2012.....	34
MST ataca pai do Fome Zero, que elogiou agronegócio. João Domingos – O Estado de São Paulo. 18/09/2012.....	38
ONU culpa mercado financeiro por alta no preço de commodities. Jamil Chade – O Estado de São Paulo. 19/09/2012.....	39
Dilma defende que Estados desonem itens da cesta básica. Mariana Schreiber – Folha de São Paulo. 19/09/2012	40
Unctad pede intervenção no mercado de commodities. Assis Moreira – Valor Econômico. 19/09/2012.....	41
ONU culpa mercado financeiro por alta no preço de commodities. Jamil Chade – O Estado de São Paulo. 19/09/2012.....	43
Dilma defende que Estados desonem itens da cesta básica. Mariana Schreiber – Folha de São Paulo. 19/09/2012	44
Unctad pede intervenção no mercado de commodities. Assis Moreira – Valor Econômico. 19/09/2012.....	45
Aposta firme em adubos especiais. Carine Ferreira – Valor Econômico. 20/09/2012	46
Movimentos realizam mobilização contra PL que flexibiliza uso de agrotóxicos – Site do MST. 21/09/2012.....	48
Bayer foca em sementes na América do Sul. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 21/09/2012	49

Alimentação fora de casa cresce 15% em dez anos. Mariana Carneiro – Folha de São Paulo. 22/09/2012.....	51
Cresce mercado de serviços de alimentação – Folha de São Paulo. 22/09/2012	52
Horta agroecológica atende merenda para mais de 1.300 alunos de escolas rurais – Site da CPT. 25/09/2012	53
PAA, a revolução silenciosa no meio rural capixaba. Ronald Mansur – Carta Maior. 25/09/2012	54
Soja "rouba" área do feijão e preços devem subir, afetando a inflação. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 26/09/2012	55
Rússia decide barrar as importações de milho da Monsanto. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 26/09/2012	56
Agricultores já podem vender para nova modalidade do PAA. Site do MDA. 27/09/2012.....	58
Seminário debate estratégias de ação integradas e permanentes – Site da Contag. 28/09/2012	59

Receita de agrotóxico pulverizado em análise. Mônica Bidese – Site do MAPA. 03/09/2012

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é o responsável pela fiscalização da atividade no país

A proposta que obriga empresas de aviação agrícola a enviar aos órgãos responsáveis pela agricultura e pela proteção do meio ambiente da União e de Estados e do Distrito Federal cópias das receitas agronômicas utilizadas na compra e na aplicação de agrotóxicos será analisada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara. A matéria também tramitará pelas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Constituição; e de Justiça e de Cidadania.

Trata-se do Projeto de Lei nº 3.615/2012, de autoria do deputado Padre João (PT-MG) que propõe acréscimo de dispositivo à Lei 7.802/89 (Lei dos Agrotóxicos) e visa obrigar empresas de aviação agrícola a enviar cópias de prescrições de agrotóxicos e relatórios anuais aos órgãos competentes. A proposta foi elaborada a partir das discussões da Subcomissão Especial sobre o uso de agrotóxicos e suas consequências à saúde, instituída em 2011 pela Comissão de Seguridade Social e Família.

Segundo o chefe da Divisão de Mecanização e Aviação Agrícola, do Departamento de Infraestrutura, Logística e Parcerias Institucionais (Diel/SDC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a atividade da aviação agrícola foi instituída através do Decreto-Lei 917/1969 e regulamentada pelo Decreto nº 86.765/1981. O Mapa é o responsável pela fiscalização da atividade no país. Esta fiscalização é realizada por fiscais federais agropecuários lotados nas Superintendências Federais de Agricultura e coordenada pela Diel.

Pesquisa mapeia contaminação por agrotóxicos em MT – Site do MST. 03/09/2012

Uma pesquisa deve avaliar em 50 cidades mato-grossenses a presença de contaminação por agrotóxicos. Desenvolvida pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e pela Fundação Oswaldo Cruz, as cidades escolhidas tem em comum a produção agrícola em larga escala, associada ao uso intensivo de insumos.

Estudos já realizados em 2 municípios - Campo Verde e Lucas do Rio Verde - apontaram a contaminação humana e também de recursos hídricos por pelo menos 13 agrotóxicos utilizados nas lavouras. O grupo de pesquisadores analisou, por um período de 2 anos, amostras de águas de córregos, rios e de poços artesianos em propriedades próximas às áreas de plantio e também nas cidades. Somente nos poços, foram encontrados resíduos de 13 dos 27 princípios ativos que compõem os defensivos, fungicidas e herbicidas mais usados nas lavouras.

O pesquisador de toxicologia Wanderley Pignati explica que, em alguns casos, a concentração de agrotóxicos estava acima dos limites estabelecidos por lei. Ele também argumentou que até mesmo quando estão abaixo do permitido, a contaminação pode causar prejuízos, já que a exposição continuada a baixas doses de agrotóxicos, por

longos períodos, pode causar danos não só ao meio ambiente como também a saúde humana. Outra preocupação, segundo o médico sanitário, é a detecção de resíduos nas águas de chuva e de córregos, que indicam uma contaminação de áreas não cultivadas, como por exemplo os centros urbanos.

De acordo com a Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso (Famato), um quarto das propriedades mato-grossenses aplicam agrotóxicos por via aérea. Para o pesquisador, a prática é mais danosa tanto ao meio ambiente quanto à população. Isso porque o produto pode ser expandido pelo vento e também pelas chuvas. "Como não há limites de segurança para a presença de resíduos de agrotóxicos em água de chuva, é impossível dimensionar o real impacto que ele causa".

A aplicação de agrotóxicos via aérea é regulamentada pela Instrução Normativa 2, de janeiro de 2008. Uma das exigências é que seja feita com, no mínimo, 500 metros de distância de povoados, cidades, vilas, bairros e mananciais de captação de água para abastecimento de população

Câmara discute agrotóxicos para culturas menos protegidas – Site do MAPA. 04/09/2012

Criação da Agência Nacional dos Agroquímicos está entre as propostas do setor produtivo para agilizar regularização desses produtos

A Câmara Setorial da Fruticultura buscará criar estratégias para esclarecer a população quanto ao uso de agrotóxicos no campo e agilizar a regularização de defensivos específicos para “minor crops” – culturas para as quais falta ou há número reduzido de defensivos registrados. A discussão ocorreu nesta terça-feira, 4 de setembro, no auditório térreo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Segundo o coordenador de Agrotóxicos e Afins do ministério, Luis Eduardo Rangel, o Mapa e os estados fazem mais de 45 mil ações de fiscalização por ano para garantir que todos os agrotóxicos utilizados não afetem a produção. “A meta é não haver intoxicações, por isso temos uma fiscalização rígida. O que queremos é nos aproximar cada vez mais de uma produção agrícola sustentável”, afirmou.

Rangel destacou ainda a necessidade de acelerar o processo de regularização do uso dos defensivos agrícolas para produção de determinadas culturas. Para isso, é necessário estabelecer uma estratégia emergencial desenvolvendo estudos de resíduos para as culturas que apresentaram problemas nos programas de monitoramento. Além disso, é necessário que haja um projeto de longo prazo para resolver o problema no Brasil que resulte na criação de um fundo para financiar estas atividades.

Uma das propostas trazida pelo setor produtivo foi a criação da Agência Nacional dos Agroquímicos, centralizando o processo de análise e fiscalização que atualmente passa por três instituições, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Mapa. O objetivo seria viabilizar o registro de agrotóxicos para culturas com baixo suporte fitossanitário – em sua maioria hortaliças e frutas –, de acordo com diretrizes

internacionais estabelecidas e reconhecidas no âmbito da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e do Codex Alimentarius. O Governo, no entanto, pretende melhorar o sistema atual, pois identifica possibilidades de avanços nas relações entre os ministérios.

De acordo com Carlos Prado, presidente da Câmara da Fruticultura, além da agilidade na regularização desses produtos é necessário que o consumidor esteja esclarecido quanto à segurança dos alimentos que os utilizam. “É preciso tirar da cabeça do consumidor que estamos consumindo venenos”, disse ele.

MDS e parceiros comemoram entrega de 500 mil cisternas no Semiárido. Site do MDS. 04/09/2012

Ministra Tereza Campello participou nesta terça-feira, no Ceará, de solenidade comemorativa à construção de meio milhão de unidades dessa tecnologia social de armazenamento de água da chuva, que já beneficiou mais de 2,5 milhões de pessoas na região

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, o governador do Ceará, Cid Gomes, e representantes da Articulação do Semiárido (ASA) entregaram a cisterna de placa de número 500 mil, no Semiárido, nesta terça-feira (4). A agricultora Maria Nazaré da Silva, moradora do Assentamento Estadual Serrote Feio, no município de Madalena, a 180km de Fortaleza, recebeu a tecnologia social, que serve para captar e armazenar água da chuva e atenuar os efeitos da estiagem que afeta a região anualmente.

“O dia de hoje é um marco. Comemorar 500 mil cisternas nos mostra que é possível acreditar no sonho de conviver com o Semiárido e de universalizar o acesso a essas tecnologias sociais”, disse a ministra. “O Brasil Sem Miséria é a continuidade de um projeto que começou no governo Lula, de levar direitos e oportunidades às famílias pobres. E a cisterna é uma oportunidade para melhorar de vida.”

Representante da ASA no Ceará, Cristina Nascimento, comparou a situação anteriormente vivida pelas famílias da região com a nova condição: “A seca deste ano poderia ter sido muito pior sem as cisternas. Temos convicção de que elas, junto com outros programas do governo federal, não só amenizam os efeitos da estiagem, como permitem uma vida mais digna no Semiárido.”

Para o governador Cid Gomes, as políticas sociais fazem a diferença. “O governo do presidente Lula, e agora da presidenta Dilma, com os quais eu me alio, procura fazer ações que sejam possíveis de beneficiar todos os brasileiros. São programas de universalização, de garantia de direitos para todos, e não apenas para alguns”, disse. E anunciou metas: “É assim que nós queremos, até o final de 2014, universalizar o acesso à luz e à água no Ceará.”

Ao todo, mais de 2,5 milhões de pessoas foram beneficiadas pelos tanques entregues nos últimos nove anos pelo Programa Cisternas do MDS, segundo a secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Maya Takagi. Atualmente, o Cisternas

integra as ações do programa Água Para Todos, do governo federal, e do Plano Brasil Sem Miséria.

O custo de cada cisterna varia conforme a região, mas a média é R\$ 2 mil. Desde o início do Programa Cisternas, o investimento total foi de cerca de R\$ 1 bilhão.

A cisterna de placas de cimento para captação e armazenamento de água da chuva é uma tecnologia social de baixo custo e pouca complexidade. Garante o acesso a água para consumo a famílias residentes na zona rural de municípios que sofrem com os efeitos da seca e da falta de água de boa qualidade para consumo humano. “Com capacidade para 16 mil litros, a cisterna atende ao consumo de uma família de cinco pessoas por período médio de sete meses”, explica Maya Takagi.

A cisterna de Maria Nazaré foi construída pelo Instituto Antônio Conselheiro, organização que executa as ações do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), da ASA, uma das principais parceiras do MDS na execução dessa tecnologia. O Água Para Todos também prevê a construção de cisternas de produção, que permitem captar e armazenar até 52 mil litros de água para irrigação de plantações e redução da sede dos animais.

Nova parceria – Além de entregar a cisterna de número 500 mil, a ministra Tereza Campello também anunciou parceria para prestação de serviços com o Banco do Nordeste (BNB). Até o fim de 2013, serão construídas mais 28,5 mil cisternas de placa para consumo e 1.650 para produção no Semiárido da Bahia, do Ceará, da Paraíba e do norte de Minas Gerais.

Pela parceria, o BNB vai selecionar e contratar entidades para construir as cisternas, fazer a gestão dos contratos de repasse de recursos para elas e cuidar da análise e aprovação da prestação de contas. O investimento na construção das cisternas será de R\$ 65 milhões para as de consumo e de R\$ 17,5 milhões para as de produção.

Justiça de Córdoba condena fazendeiros por pulverização com agrotóxicos. Gisele Teixeira – Site do MST. 04/09/2012

Numa condenação considerada histórica, a justiça da cidade de Córdoba declarou delicto penal as pulverizações com agrotóxicos em campos de soja cerca de bairros povoados. E condenou duas das três pessoas que foram levadas aos tribunais.

Trata-se do emblemático caso do bairro Ituzaingó Anexo, onde há 12 anos as famílias denunciam mortes e lesões em consequência do uso de agrotóxicos.

Sobre uma população de 5 mil habitantes, entre 2002 e 2009 morreram 272 pessoas, 82 delas de câncer. No mesmo período foram registrados 272 abortos e 23 crianças nasceram com malformações congênitas. Até setembro de 2010 se registram 143 pessoas com câncer.

A pena, em si, foi uma decepção. Os moradores queriam cadeia para os produtores agropecuários Jorge Alberto Gabrielli e Francisco Parra, e para o agente pulverizador

Edgardo Jorge Pancello, por usarem o herbicida glifosato e o inseticida organoclorado endosulfan.

Mas a Câmara do Crime de Córdoba impôs três anos de prisão condicional para Parra e Pancello, e absolveu Gabrielli por falta de provas. A sentença indica também que Parra tem que fazer trabalhos comunitários durante quatro anos e não pode usar agroquímicos por oito. Pancello também deverá fazer serviços comunitários e ficou inabilitado para aplicar produtos agroquímicos durante dez anos.

Mesmo assim a condenação é importante, porque pela primeira vez a atividade de pulverização com agrotóxicos próximo de áreas urbanas foi considerada um delito na Argentina – e na América Latina.

Isso estabelece jurisprudência para todo o continente, onde há milhares de ações contra produtores rurais, e pode chegar a alcançar as multinacionais fabricantes de agrotóxicos.

A luta em Córdoba começou pela determinação de uma das mães do bairro, Sofía Gatica, que em 1997 perdeu um bebê que havia nascido sem os rins. Ela demorou a juntar uma coisa com a outra, até que percebeu um número pouco usual de mulheres com lenços na cabeça e crianças com máscaras a caminhar por Ituzangó.

Sozinha, começou um levantamento, e já naquele ano detectou 97 pessoas com câncer só no seu bairro! Hoje se sabe que a taxa de câncer na região é 30 vezes maior que a média nacional (dados da Organização Panamericana de Saúde) e que das 142 crianças entre dois e seis anos da localidade, 80% possuem agrotóxicos no organismo: chumbo, arsênico e PCB (elemento presente em transformadores elétricos), entre outros. Outros dados em <http://www.juicioalafumigacion.com.ar/>

Os cultivos transgênicos na Argentina, sujeitos à pulverização, cobrem 22 milhões de hectares e afetam, direta e indiretamente, 12 milhões de habitantes. Mas o tema não é preocupante somente aqui.

Há três anos o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking de consumo de agrotóxicos no mundo segundo a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). Apenas na safra de 2011 foram usados 835 milhões de litros de herbicidas, fungicidas e inseticidas. O consumo por habitante chega a cinco quilos de agrotóxico por ano.

É de parar para pensar.

Monsanto negocia semente vetada na China, diz Aprosoja. Veloso e Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 04/09/2012

A Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT) fez ontem duras críticas à Monsanto, acusada de comercializar sua nova variedade transgênica de soja ("Intacta RR2 Pro") antes da liberação para importação pela China. A entidade fez um apelo para que os agricultores não plantem a variedade nesta safra

2012/13, a menos que tecnologia seja aprovada no país asiático, principal destino das exportações brasileiras do grão.

Em nota publicada ontem, a associação manifestou "forte preocupação" com as "enormes consequências de uma possível presença de soja Intacta em carregamentos com destino a nosso principal mercado" e evocou as "amargas lembranças da enorme crise de preços causada pela recusa de várias cargas de soja brasileira pelos chineses em 2004". À época, a China devolveu carregamentos de soja contaminados com sementes tratadas com fungicidas.

A entidade lembrou que a Monsanto havia se comprometido a não comercializar a nova tecnologia, já liberada no Brasil, até sua aceitação por todos os importadores, acordo que estaria sendo descumprido. "A Monsanto está vendendo para alguns produtores e distribuindo gratuitamente para outros com o pretexto de testar a nova tecnologia", disse ao **Valor** Carlos Fávaro, presidente da Aprosoja em Mato Grosso.

Segundo ele, a empresa já testou a variedade em cerca de mil hectares no ano passado, mas a produção foi destruída após a colheita. "Neste ano podem ser cerca de 500 mil hectares, e a empresa está incentivando os produtores a esmagar a soja e vender para outros mercados", afirma.

A Aprosoja-MT manifestou, ainda, temor com os contratos assinados entre produtores e a multinacional, que, conforme a entidade, responsabilizam os agricultores em caso de contaminação. "[O produtor] pode ser obrigado a pagar indenização à Monsanto e a terceiros, multa à administração pública, pode ter sua atividade suspensa, sua fazenda embargada e ainda ser preso".

A Aprosoja-MT considera a ação da Monsanto "um flagrante desrespeito ao compromisso assumido pela empresa com o setor em 2011 e comparou a postura da empresa com a de concorrentes (BASF, Embrapa e Bayer) - que, de acordo com a entidade, aguardam a aprovação dos importadores para lançar biotecnologias já aprovadas no Brasil. "Esta é a postura que consideramos correta e responsável".

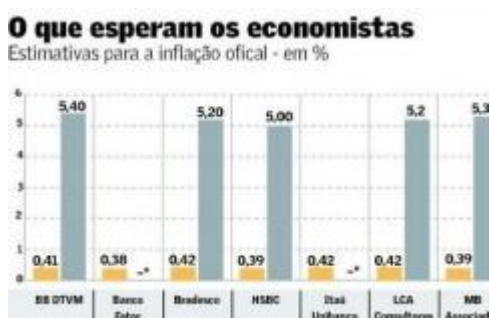
A crítica marca uma mudança de temperatura na relação entre Aprosoja e Monsanto. Há algumas semanas, a Aprosoja Brasil interveio junto ao governo federal em favor da Monsanto. A entidade solicitou à Casa Civil que ajudasse a múlti a obter a liberação da soja Intacta RR2 Pro na China. A Monsanto inicialmente negou que tivesse solicitado o apoio, mas depois recuou e reconheceu ter pedido ajuda à entidade. Procurada pela reportagem desde as primeiras horas da manhã de ontem, a companhia não comentou as novas declarações feitas pelos sojicultores.

Alimentos pressionam e analistas estimam IPCA entre 0,38% e 0,43%. Machado e Francine De Lorenzo – Valor Econômico. 05/09/2012

Os preços dos alimentos continuaram pressionados em agosto, mas não devem ser o único fator a contribuir com a manutenção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em trajetória pouco compatível com a convergência da inflação para o centro da meta de 4,5% ao ano. A média das projeções coletadas em 11 departamentos

econômicos e consultorias aponta alta de 0,41% do IPCA de agosto, resultado que, se confirmado, traria nova elevação dos preços no acumulado em 12 meses. O intervalo entre as estimativas é de avanço de 0,38% a 0,43% e o índice deve ser divulgado hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Economistas ouvidos pelo **Valor** para o indicador em agosto acreditam que o índice de difusão - medida que mostra quanto a inflação está disseminada na economia - deve se acelerar. Se a estimativa para o IPCA de agosto estiver correta, o índice em 12 meses passará de 5,2% em julho para 5,24% no mês passado.



Para Priscila Godoy, economista da Rosenberg & Associados, o grupo alimentação, que avançou 0,91% em julho, deve subir um pouco menos em agosto: 0,75%. Ainda assim, ela espera que o IPCA registre alta de 0,43% no último mês, mesmo resultado de julho, por causa da expectativa de que a aceleração da inflação seja mais disseminada.

Para Fabio Romão, economista da LCA Consultores, o tomate, um dos itens que mais pressionaram o IPCA em julho, com alta de 50%, deve agora subir um pouco menos, 17%. "Mas começam a entrar em cena, de forma discreta, os efeitos do choque de oferta por questões climáticas que afetaram os preços de milho e soja", avalia. A carne bovina, que teve deflação de 1,13% em julho, por exemplo, agora deve ficar estável, enquanto o grupo aves e ovos deve deixar avanço de 0,49% para subir em agosto 1,47%.

Priscila estima que a alta de preços concentrada em alimentos, em julho, deve atingir mais produtos em agosto. "Se em julho o IPCA subiu por causa de alimentos, em agosto a pressão é generalizada". Priscila destaca o grupo vestuário, que com o fim das liquidações deve ter subido 0,26% no mês passado, e o reajuste de alguns itens da saúde como elementos que devem substituir a alta menor de alimentos. Além disso, o efeito da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis também deve se dissipar, avalia a economista da Rosenberg, pois boa parte dos descontos concedidos já foi contabilizada em junho. Como itens como seguro e conserto de automóveis subiram no IPCA-15 de agosto, considerado uma prévia do índice oficial, o grupo transportes deve ter avançado 0,19% no mês passado, ante queda de 0,03% em julho, calcula Priscila.

Thiago Curado, economista da Tendências Consultoria, estima que o índice de difusão, que mede o quanto a inflação está espalhada pela economia, deve permanecer em patamar elevado em agosto. No IPCA-15 do mês passado, o índice chegou a 65,75%, o

maior nível desde janeiro, quando 69% dos preços analisados pelo IBGE apresentavam alta. Para Curado, entretanto, o avanço no índice de difusão não significa repique na inflação. "Poderíamos ter um IPCA no centro da meta com o mesmo nível de difusão que temos atualmente. Preocupa mais a resistência da inflação de serviços e os núcleos de inflação, que devem continuar acima do índice oficial", afirma.

Pelas suas contas, o IPCA de agosto subirá 0,4%, praticamente a mesma variação vista no IPCA-15 do mês passado, que foi de 0,39%, e se situará um pouco abaixo do IPCA de julho, que foi de 0,43%. Já as estimativas para os núcleos de inflação, que retiram do cálculo do indicador os fatores de maior volatilidade, apontam elevações mais intensas. A projeção para a média dos três núcleos de inflação do IPCA em agosto é de alta de 0,44%, ligeiramente acima do 0,43% contabilizado no IPCA-15, mas abaixo do 0,46% visto no IPCA de julho.

Para Marcelo Arnosti, economista-chefe da BB-DTVM, as trajetórias do índice de difusão e dos núcleos de inflação reforçam a percepção de que não foi apenas o choque de oferta que prejudicou a convergência da inflação para o centro da meta de 4,5%. Para Arnosti, as expectativas para o IPCA em 2013, situadas em 5,5%, reforçaram a inércia inflacionária. Além disso, os reajustes de salários acima da produtividade tendem a elevar os custos do setor de serviços, impedindo recuo nos preços.

Romão, da LCA, também não enxerga mais espaço para acomodação da inflação de serviços. Nos 12 meses encerrados em julho, a alta foi de 8,8%, abaixo dos 9,7% registrados no fim de dezembro. Daqui para frente, os preços devem se estabilizar nesse patamar e acelerar apenas em meados do ano que vem, respondendo à atividade mais aquecida. Romão projeta alta de 5,2% do IPCA neste ano.

Apontando ainda o fato de que parte dos repasses ao varejo de preços em função da desvalorização cambial ainda não se materializou nos preços ao consumidor, a Rosenberg revisou a projeção para o IPCA em 2012 de alta de 5,1% para aumento de 5,5%.

Cesta básica sobe em 15 capitais em agosto – Folha de São Paulo. 05/09/2012

O preço da cesta básica subiu em 15 das 17 capitais pesquisadas pelo Dieese em agosto.

O preço mais alto foi em Porto Alegre, onde os produtos custaram em média R\$ 308,27. Entre os menores valores médios estão Aracaju (R\$ 212,99) e Salvador (R\$ 225,23).

No acumulado do ano, todas as capitais apresentam alta nos preços médios dos alimentos. Os preços que mais influenciaram nas altas em agosto foram o do pão francês, da farinha, do tomate e do açúcar.

Alta de alimentos já preocupa menos a FAO. Assis Moreira – Valor Econômico. 05/09/2012

Temores sobre a repetição de uma crise alimentar global como a de 2008 aumentaram no mês passado, depois que o índice de preços globais de alimentos da FAO, o braço das Nações Unidas para agricultura e alimentação, subiu 6% em julho e cresceram as preocupações de importadores sobre uma explosão dos custos dos grãos em razão da estiagem nos EUA.

Mas nesta quinta-feira, o mesmo indicador, que mede mensalmente as oscilações médias de preços de uma cesta formada por cereais, oleaginosas, lácteos, carnes e açúcar, deverá mostrar que houve uma estabilização em agosto, conforme sinalizações do mercado. Depois de ter chegado a 213 pontos em julho, a ascensão não prosseguiu e o índice variou pouquíssimo em agosto, pelo menos não a ponto de ampliar o nervosismo na cena internacional.

Foi provavelmente com base em resultados preliminares sobre o comportamento desse indicador no mês passado que os chefes de três agências internacionais que tratam de questão alimentar - a própria FAO, o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura (Ifad) e o Programa Alimentar Mundial (PAM) - divulgaram ontem um comunicado sobre as causas da alta dos preços e da fome no mundo.

A mensagem por trás da linguagem diplomática da FAO e das outras agências é que não há crise de preços de produtos alimentares e é possível evitar a repetição da dura crise de 2008. Ou seja, a comunidade internacional está melhor preparada do que há cinco anos para enfrentar a atual situação nos mercados internacionais de alimentos, caracterizada por fortes altas nos preços de milho, trigo e soja - e para evitar que essa situação se transforme "em uma catástrofe, atingindo milhões de pessoas nos próximos meses".

O diretor da FAO, José Graziano da Silva, e seus colegas Kanayo Nwanze (Ifad) e Ertharin Cousin (PAM) destacam a criação de novos instrumentos para lidar com esse cenário - como o Foro de Resposta Rápida, que serve para coordenar a posição de grandes exportadores e importadores, além de tradings de cereais e soja. Eles também consideram que, para responder a uma alta dos preços, é importante ter estratégia, e sugerem que os importadores evitem o pânico e não corram para comprar, o que pode ajudar a elevar as cotações. Da mesma forma, países produtores devem evitar impor restrições às exportações.

As três agências notam que houve três picos de preços de alimentos nos últimos cinco anos, e que problemas meteorológicos estão entre as causas de cada uma delas, ao lado, por exemplo, de uma crescente especulação financeira. "Estamos vulneráveis porque, mesmo em um bom ano, a produção global de grãos é apenas suficiente para atender à crescente demanda por alimentos, ração e combustível, isso num mundo onde há 80 milhões a mais de bocas a serem alimentadas a cada ano", afirma o comunicado.

Para prevenir uma possível degradação da situação, as agências recomendam vigilância e preparação "para o pior no curto prazo", ao mesmo tempo em que pregam trabalho por soluções no longo prazo.

Relatório do Deutsche Bank, por sua vez, prevê que mais picos de preços podem ser alcançados no curto prazo, mas que não há crise à vista, já que a relação entre oferta e demanda é apertada e os estoques de alimentos são baixos. Mas o debate em torno da produção de etanol de milho pode aumentar, uma vez que 40% do cereal nos EUA é utilizado para a produção do biocombustível.

Analistas do banco Société Générale também destacam diferenças em relação à crise de 2008. Notam, por exemplo, que a oferta global de trigo e arroz, as duas commodities mais importantes para a alimentação humana, permanece relativamente sólida. E destacam que, na média, os preços agropecuários aumentaram 25% desde junho, mas continuam 15% abaixo dos picos de 2008 e 2011. Para o Rabobank, o custo da ração continuará a subir e intensificará a competição por terras e insumos, forçando a produção de itens de maior valor agregado.

Inflação oficial em agosto é de 0,41%; alimento puxa alta – Folha de São Paulo. 06/09/2012

A inflação oficial, medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), foi de 0,41% em agosto, abaixo do apurado em julho (0,43%) e acima do verificado no mesmo mês de 2011 (0,37%).

Foi a maior taxa para o mês de agosto desde 2007, quando a taxa ficou em 0,47%.

Os alimentos foram os principais responsáveis pela alta.

Nos últimos 12 meses, o índice de preços registrou alta de 5,24%, pouco acima dos 5,20% de julho nesse mesmo tipo de comparação. No acumulado do ano, a variação é de 3,18%, abaixo dos 4,42% do mesmo período em 2011.

FAO já não vê crise de preços dos alimentos. Assis Moreira – Valor Econômico. 10/9/2012

O índice global de preços de alimentos da FAO, a agência das Nações Unidas para agricultura e alimentação, ficou estável em agosto, como antecipou o **Valor**. O indicador, que mede a evolução mensal dos preços de uma cesta formada por cereais, oleaginosas, lácteos, carnes e açúcar, subiu 6% em julho, após três meses de quedas, e voltou a motivar preocupações sobre uma nova crise de preços como a de 2008.

Mas na manhã de quinta-feira, em Roma, o diretor-geral da FAO, o brasileiro José Graziano da Silva, tomou a iniciativa de anunciar pessoalmente a estabilidade do índice em 213 pontos no mês passado. "Essas cifras são tranquilizadoras. Devemos continuar vigilantes, mas não se justifica falar de crise alimentar mundial", afirmou Graziano. "Mas a comunidade internacional pode e deveria intervir para apaziguar o mercado", disse.

Para a agência da ONU, os países importadores não devem entrar em pânico e acelerar as compras, o que ajuda a impulsionar os preços. E os exportadores não devem impor

restrições a suas vendas, como aconteceu na crise de 2008. Entre os grupos de produtos que compõem o índice da FAO, os destaques de agosto foram a estabilidade dos preços médios dos cereais e das oleaginosas e uma forte retração das cotações do açúcar, contrabalançada por aumentos observados nos mercados de carne e produtos lácteos.

MDS repassará R\$ 2,6 bilhões para Conab investir no PAA – Site da CONAB. 11/09/2012

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e o presidente da Companhia Nacional do Abastecimento (Conab), Rubens Rodrigues dos Santos, assinam nesta quarta-feira (12), às 9h30, novo termo de cooperação técnica. Pela parceria, o MDS vai transferir R\$ 2,63 bilhões à Conab para que ela operacionalize, até julho de 2015, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio do qual o governo federal compra alimentos de agricultores familiares e repassa a pessoas em situação de insegurança alimentar.

O valor que será investido nestes quatro anos é superior a todo o recurso repassado desde o início da parceria entre o MDS e a Conab, em 2003. Ao longo de nove anos, o governo destinou R\$ 1,92 bilhão para a compra de 1,1 milhão de toneladas de alimentos de 615,4 mil agricultores familiares. Nesse período, 72,9 mil pessoas foram beneficiadas por meio da adoção desses alimentos.

O aumento no volume de recursos para a operacionalização do PAA faz parte da estratégia do Brasil Sem Miséria, plano para superação da extrema pobreza. Com o valor, o governo vai adquirir 1,3 milhão de toneladas de alimentos de 510 mil agricultores familiares para distribuição a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, até julho de 2015.

Experiência brasileira com o Pnae será apresentada no Chile. Site do MDA. 11/09/2012

A experiência brasileira em comercializar produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar será apresentada a oito países das Américas do Sul e Central, de 11 a 13 de setembro. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) será tema de debate no Fórum de Especialistas da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que ocorre em Santiago, no Chile.

Sob a temática "Programas de alimentação escolar sustentáveis para a América Latina e o Caribe", a apresentação do Pnae será realizada pelo coordenador-geral de Comercialização da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Pedro Bavaresco, e pelos representantes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

“Vamos mostrar a experiência pioneira do Brasil para os países que estão começando a comercializar os produtos da agricultura familiar, por meio de políticas públicas”, salienta Bavaresco que destaca a importância de se ter um marco regulatório que defina a agricultura familiar no País.

O evento reunirá especialistas da Bolívia, Colômbia, Paraguai, Peru, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicaragua.

Desde 2009, quando foi regulamentado pela Resolução nº 38 do Conselho Deliberativo do FNDE, o programa reserva o mínimo de 30%, do total de recursos financeiros disponíveis para a aquisição de alimentos para a alimentação escolar, para compra direta dos agricultores familiares.

Os produtos adquiridos garantem a alimentação dos alunos matriculados nas escolas públicas de educação básica. Como resultado, o abastecimento tem valorizado os alimentos regionais e garantido renda aos trabalhadores do campo.

Ministro participa de assinatura de cooperação com o MDS – Site do MAPA. 12/09/2012

Parceria permitirá que a Conab amplie operações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, participou da assinatura de um novo termo de cooperação técnica entre a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) nesta quarta-feira, 12 de setembro, na sede da Conab, em Brasília. A parceria prevê a transferência de R\$ 2,63 bilhões, por parte do MDS, para que a Conab operacionalize o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Com o valor, o Governo vai adquirir 1,3 milhão de toneladas de alimentos de 510 mil agricultores familiares para distribuição a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, até julho de 2015. O recurso é superior a todo investimento repassado desde o início da parceria entre a Conab e o MDS, em 2003. Ao longo de nove anos, foi destinado R\$ 1,92 bilhão para a compra de 1,1 milhão de toneladas de alimentos de 615,4 mil pequenos produtores.

“A participação em iniciativas como esta, na política agrícola regionalizada e no Programa Nacional de Armazenagem comprova que é muito fácil notar a nova Conab, uma empresa transparente de todas as formas. Com o PAA vamos ajudar aqueles que não têm para quem vender e aqueles que não têm como comprar”, declara o ministro

Evento incluiu leilão eletrônico

Antes da solenidade de assinatura do termo – que contou com a participação da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e do presidente da Conab, Rubens Rodrigues dos Santos – Mendes Ribeiro Filho presenciou a realização de um pregão eletrônico para a aquisição de 5,3 mil toneladas de alimentos, que serão distribuídos para 480 mil famílias até o final do ano.

A operação faz parte de um acordo de cooperação técnica entre a Conab e o MDS, que vem sendo renovado anualmente desde 2002. Para o período 2012/2013 estão previstos

recursos na ordem de R\$ 69 milhões. A expectativa é que seja distribuído 1,17 milhão de cestas de alimentos.

Ao *mix* de produtos comprados no leilão (feijão, farinha de trigo e de mandioca, flocos de milho, fubá de milho, óleo e macarrão) serão adicionadas mais 10 mil toneladas de alimentos como arroz, feijão, farinha de trigo e de mandioca, açúcar e leite em pó, oriundos do PAA.

Conab representa Brasil em Londres e discute crise de alimentos – Site da CONAB. 12/09/2012

A Conab vai representar o Brasil no *IGG Conditions Committee Meeting*, encontro de países que vão discutir em Londres (Inglaterra), nesta sexta-feira (14), a diminuição dos efeitos da crise mundial de alimentos. O analista de mercado da Superintendência de Gestão da Oferta (Sugof), Thomé Luiz Freire Guth, falará pela empresa sobre a experiência brasileira.

Guth vai proferir uma palestra com abordagem relacionada à volatilidade das *commodities* agrícolas, consumo e abastecimento no Brasil. Representantes de vários países da União Européia e os Estados Unidos vão levar seus conhecimentos para discussão deste tema, considerado de fundamental importância para o intercâmbio de informações entre as nações. O interesse maior é a busca de recursos para minimizar os efeitos da crise mundial que afeta o abastecimento alimentar da população mundial

Delegação do Malawi conhece experiência brasileira em programa de alimentação escolar. Site do MDA. 12/09/2012

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, participou da reunião entre representantes do país africano de Malawi e do ministério na tarde de terça-feira (11), em Brasília. A delegação chefiada pela ministra da Educação, Ciência e Tecnologia do Malawi, Eunice Kazembe, veio conhecer a experiência brasileira de alimentação escolar e outras ações e programas que contribuem para a segurança alimentar e nutricional.

Na atividade, coordenada pelo Centro de Excelência Contra a Fome, do Programa Mundial de Alimentos (PMA), em conjunto com a Agência Brasileira de Cooperação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação, foi apresentada a cooperação brasileira com países africanos. A cooperação é baseada no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e em políticas de crédito do MDA, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o seguro rural e a assistência técnica e extensão rural.

Pepe Vargas colocou o ministério à disposição para a troca de experiências e apoio na implementação das políticas em Malawi. O ministro afirmou que os dois países possuem semelhanças como a predominância da agricultura familiar, além do clima e de aspectos culturais. A ministra Eunice Kazembe elogiou as políticas de combate à fome do governo brasileiro e afirmou que programas como o PAA e o Programa Nacional de

Alimentação Escolar (Pnae) são referências para os países que buscam a inclusão produtiva e social, além do fortalecimento da agricultura familiar no combate à fome. Segundo a ministra, há interesse do país africano em aprofundar o diálogo com o governo brasileiro sobre o tema.

Pesquisa com transgênico na China é alvo de suspeitas – Valor Econômico/ Dow Jones Newswires. 12/09/2012

A agência federal de saúde da China suspendeu um de seus pesquisadores na esteira das investigações que apuram se de fato dezenas de crianças do país serviram de "cobaias" em pesquisas sino-americanas não autorizadas com arroz geneticamente modificado. Os experimentos, na Província de Hunan, vieram à tona em meio à indignação pública com o histórico recente da segurança alimentar chinesa e deverão arraigar as dúvidas da população sobre os transgênicos, que já arrefeceram a disposição do governo em permitir sua comercialização.

O Centro Chinês para o Controle e Prevenção de Doenças divulgou na segunda-feira à noite que a agência e suas afiliadas não permitiram nem participaram do projeto "Arroz Dourado", de 2008, organizado em conjunto por pesquisadores da China e da Tufts University, de Massachusetts, cujos detalhes estão em artigo científico publicado na edição de agosto do "American Journal of Clinical Nutrition". O artigo descreve testes de uma variedade de arroz transgênico enriquecido com vitaminas em 24 crianças de seis a oito anos da zona rural de Hunan. O objetivo do projeto era testar se o alimento seria capaz de reduzir a deficiência de vitamina A nas crianças em países em desenvolvimento.

"O conteúdo da pesquisa descrita no artigo não está de acordo com as regulamentações sanitárias", informou a agência chinesa em comunicado. A agência suspendeu seu pesquisador Yin Shi'an, um dos três autores do artigo, e segue a esquadrihar seu trabalho. Segundo a agência, as explicações de Yin durante as investigações foram inconsistentes com as do principal autor do artigo, Tang Guangwen, pesquisador da Tufts. Tang, que liderou o projeto, afirmara que os testes haviam sido pré-aprovados, segundo a agência estatal de notícias "Xinhua". Como parte do projeto, as crianças teriam sido alimentadas com arroz transgênico, espinafre e cápsulas de caroteno por 35 dias. O centro pediu que a Tufts também investigue o caso.

Segundo a "Xinhua", a diretora-assistente de relações públicas da Tufts, Andrea Grossman afirmou que os protocolos da pesquisa estão sendo checados. "Sempre demos a maior importância à saúde humana e tomamos todas as medidas necessárias para garantir a segurança dos objetos de pesquisa humanos", disse ela, conforme a agência de notícias.

O Greenpeace foi o primeiro a chamar a atenção para o artigo da Tufts, em 31 de agosto. A ONG promove há sete anos campanha na China contra o arroz transgênico, argumentando que a engenharia genética "contamina organismos naturais de forma incontrolável e imprevisível". O grupo apoia movimento similar nas Filipinas, onde exige o fim dos testes de campo com o "arroz dourado", assim chamado por sua

tonalidade, em três províncias. Ainda não há consenso se os alimentos modificados geneticamente podem ser nocivos ou não para o consumo humano ou em rações.

A maior parte da soja importada pela China é transgênica, e o país é o maior produtor mundial de algodão modificado geneticamente. Os chineses também permitem a importação de algumas variedades de milho transgênico, usadas apenas em rações. O governo aprovou a segurança dos grãos transgênicos, incluindo o arroz, em 2009, mas não deu sinal verde para a produção comercial plena das variedades. Apesar da assinatura de um acordo fitossanitário com a Argentina no fim de 2011 para permitir a importação de milho, o Ministério da Agricultura chinês reluta em dar sua aprovação final para certas variedades produzidas no exportador sul-americano.

Movimento Ocupa Monsanto realiza manifestações contra a transnacional. Natasha Pitts – Site do MST. 13/09/2012

No próximo dia 17, o movimento ‘Ocupa Monsanto’ realizará em várias partes do mundo um grande protesto contra a maior produtora de transgênicos, a empresa estadunidense Monsanto, e o uso de produtos e organismos geneticamente modificados (OGM). A intenção é fazer com que a transnacional dos transgênicos recolha seus produtos das prateleiras e os levem de volta para os laboratórios, de modo que eles não cheguem até as pessoas para contaminá-las e prejudicá-las.

A principal manifestação acontecerá na cidade de Saint Louis, condado do estado de Missouri (EUA). A concentração será nas "portas do mal", como é chamada a sede da Monsanto, seus locais de pesquisa e os escritórios da empresa. Também estão previstas ações em mais de 60 cidades da Argentina, Alemanha, Canadá, Filipinas, entre outros países.

"A população está preocupada pela evidência de que os alimentos transgênicos afetam a saúde humana, mas os políticos e as empresas ignoram o protesto político contra os produtos com modificações genéticas para proteger seus grandes benefícios", assinalou Rica Madrid, de Ocupa Monsanto, ao site do movimento.

As manifestações orquestradas que acontecerão em vários países dia 17 já tiveram uma prévia há seis meses. Em março aconteceu o ‘Dia de Ação Global’ com a realização de atividades em países da África, na maioria dos países da Europa, em toda América Latina, na Austrália e em várias partes da Ásia.

Organizações e ativistas realizaram seus próprios eventos nos lugares escolhidos por eles durante um ou dois dias com o intuito de chamar atenção e fazer com que a transnacional dos transgênicos ouça a voz da população mundial.

Na grande manifestação do dia 17, a intenção é conseguir fazer ainda mais barulho e levar o maior número possível de pessoas para se engajar nas ações. Por isso, além de ser convidada a participar cada pessoa é chamada também a difundir a ação que vai acontecer em sua cidade/país. Nas redes sociais, sites e blogs, o movimento pede que cada pessoa divulgue uma imagem com as palavras ‘Ocupa Monsanto’.

Monsanto

A transnacional Monsanto é responsável pela produção de 90% dos transgênicos plantados no planeta e é também líder no mercado de sementes. Esta posição faz com que a empresa esteja no centro dos debates sobre as implicações da utilização de grãos geneticamente modificados. Monsanto também é severamente criticada porque não leva em consideração os custos sociais e ambientais associados a sua atuação.

A empresa ainda é acusada de biopirataria, de contrabando de sementes, de manipulação de dados científicos e também de ser responsável pelo suicídio de agricultores indianos, que se endividaram por conta dos altos custos de sementes transgênicas e de insumos químicos necessários às plantações de transgênicos.

Por estes motivos surgiu na Índia e está crescendo em regiões do continente latino-americano campanhas e movimento contra a Monsanto. No Brasil, o movimento campestre promove iniciativas de soberania alimentar alternativa e conscientização sobre a não aceitação dos transgênicos. No Haiti, campestres/as recusaram a "doação" de sementes enviadas pela empresa após o terremoto de janeiro 2010. E assim vários outros países estão tentando combater a entrada de produtos em suas terras.

Projeto Alimentos Biofortificados avança pelo País – Site do MAPA. 13/09/2012

Iniciativa já está presente em sete Estados das regiões Nordeste e Sudeste

O Projeto Alimentos Biofortificados: preparando o caminho para levar mais saúde à mesa do brasileiro, já alcança sete Estados do Sudeste e Nordeste. Unidades de multiplicação de material propagativo de batata-doce, mandioca e feijão-caupi estão sendo instaladas em escolas agrícolas de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Ceará, Maranhão, Piauí e Sergipe.

Segundo o líder do projeto, Marcos Jacob Almeida, a iniciativa avança bem e as unidades são a base do aprendizado dos futuros técnicos agrícolas, que serão os multiplicadores das tecnologias da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), atendendo às demandas dos produtores de sua região por material propagativo.

Além das parcerias com o Governo do Piauí, prefeituras e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), as ações do projeto estão sendo conduzidas pelas unidades Embrapa Meio-Norte (PI), Embrapa Milho e Sorgo (MG), Embrapa Agroindústria de Alimentos (RJ), Embrapa Arroz e Feijão (GO), Embrapa Hortaliças (DF), Embrapa Produtos e Mercado (DF), Embrapa Mandioca e Fruticultura (BA) e Embrapa Tabuleiros Costeiros (SE). (Fonte: Embrapa)

Uso de agrotóxico no país praticamente triplica em 10 anos. Nestor Tiba Júnior – Site do MST. 13/09/2012

Enquanto a taxa mundial de consumo de agrotóxicos nos últimos 10 anos cresceu 93%, no Brasil esse índice quase triplicou chegando a 190% de aumento. A razão disso, conforme especialistas, é o crescimento da produção agrícola brasileira e a importância

no cenário internacional da produção que incentiva a monocultura para a exportação.

O aumento de consumo de agrotóxico é tema de debate que termina hoje, promovido pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea/RS) na Assembleia.

O crescimento do uso no Brasil foi constatado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Observatório da Indústria dos Agrotóxicos da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

– Este avanço expressivo na produção e na produtividade tem um alto custo – avalia Gervásio Paulus, diretor técnico da Emater.

A última pesquisa anual divulgada pela Anvisa aponta que 28% dos alimentos analisados apresentaram níveis de agrotóxicos acima do indicado pela entidade.

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Renar João Bender entende que antes de punir é preciso educar o agricultor nas melhores práticas. Lembra também que o debate deve ser ampliado para outros contaminantes que podem resultar de manejo irregular ao longo do segmento produtivo, como o processo de industrialização e de venda.

Mendes recebe pedido de atenção para uso de agrotóxicos no País – Site do MAPA. 14/09/2012

Engenheiros agrônomos ligados ao Crea-RS entregaram documento ressaltando preocupação com o elevado consumo dos defensivos no Brasil

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, recebeu, na última quinta-feira (13) em Porto Alegre, documento do presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (Crea-RS) contendo sugestões para que seja promovida uma racionalização do uso de agrotóxicos no Brasil. “Sabemos das dificuldades de fiscalização que existem hoje. Estamos tentando mudar critérios. Pela proporção continental do Brasil e a diversidade de climas e culturas, esse processo precisa ser regionalizado”, acredita Mendes.

O material repassado ao ministro pede a criação de um programa de monitoramento de resíduos agrotóxicos, evidenciando que o trabalho já realizado pelo Ministério da Agricultura e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tem um número de amostras ainda a crescer para atender a produção agrícola nacional, descreve o documento.

Segundo dados da Anvisa, o Brasil é hoje responsável por 19% do consumo de químicos no mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos. Foram utilizadas 900 mil toneladas de defensivos agrícolas em 2011 no País. Mendes Ribeiro prometeu analisar o pedido e fazer parcerias com órgãos regionais para atender a situação atual.

Projeto de Lei pretende banir diversos agrotóxicos e reavaliar o uso do glifosato – Site do MST. 14/09/2012

O deputado Paulo Teixeira (PT-SP) apresentou projeto de lei que propõe o banimento de vários agrotóxicos e a reavaliação do uso do glifosato na agricultura brasileira.

O PL 4412/12 visa complementar a legislação do setor, especialmente a Lei 7.802/89, que não abrange todos os produtos de uso potencialmente perigoso.

Confira o PL 4412/12

“A lei já proíbe inúmeros produtos cancerígenos ou que representam outros tipos de risco, mas algumas lacunas ainda permanecem nessa legislação, permitindo que produtos extremamente nocivos à saúde humana e ao meio ambiente ainda sejam utilizados no Brasil. Precisamos corrigir essa distorção”, argumenta o deputado.

Alguns princípios ativos listados no projeto já são banidos na União Europeia e em muitos outros países, mas continuam sendo utilizados no Brasil. “Não podemos servir de desaguadouro de venenos que já foram banidos em muitos países. A população brasileira não pode ser cobaia e vítima destes produtos”, critica Teixeira.

O texto do PL, que será debatido em diversas comissões antes de ser submetido à votação em plenário, propõe o banimento de produtos que contenham substâncias como abamectina, acefato, carbofurano, forato, fosmete, lactofem, metamidofós, monocrotofós, paraquate, parationa metílica, tiram e outros. Também ficariam banidos quaisquer produtos que contenham substância compreendida no grupo químico dos organoclorados, que já são proibidos, mas continuam sendo usados na agricultura.

Glifosato

O projeto propõem, ainda, a reavaliação do uso do glifosato, principal componente do herbicida Roundup, da multinacional Monsanto. Nos anos recentes, este elemento químico vem passando por um processo de banimento progressivo em diversos países.

Estados e DF terão R\$ 8 milhões para investir no Sistema Nacional de Segurança Alimentar – Site do MDS. 14/09/2012

Recurso vai ajudar 21 unidades da federação a elaborarem e revisarem planos de segurança alimentar e nutricional

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vai repassar, até o fim do ano, aproximadamente R\$ 8 milhões para 21 unidades da federação que enviaram propostas de elaboração e revisão dos planos estaduais de segurança alimentar e nutricional. O resultado do edital foi publicado nessa quinta-feira (13). O objetivo da ação é fortalecer os componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar (Sisan) e assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo o país.

As propostas contemplam o Distrito Federal e os seguintes estados: Acre, Alagoas,

Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Os recursos vão financiar as atividades previstas nos projetos, que envolvem realização de oficinas e seminários e compra de material permanente para fortalecer conselhos e câmaras estaduais de segurança alimentar e nutricional e mobilizar os municípios.

Além disso, os recursos poderão ser usados para promover audiências públicas e para a contratação de consultorias voltadas à elaboração dos planos estaduais.

A coordenadora técnica da Secretaria Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), Roberta Marins de Sá, diz que os projetos dos estados garantirão o envolvimento da sociedade civil e favorecerão o controle social das ações e o atendimento aos direitos da população.

PAA incentiva famílias a ficarem nas áreas rurais. Site do MDS. 14/09/2012

Secretária Maya Takagi apresenta programa no VII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado

A diversificação do consumo e da produção de alimentos saudáveis e o fomento aos empreendimentos que geram renda, sustentabilidade e incentivam a permanência dos povos no campo são os principais objetivos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse foi o tema da palestra realizada pela secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Maya Takagi, no Seminário Mercado Institucional dos Produtos da Sociobiodiversidade. O evento foi realizado nesta sexta-feira (14), no VII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado.

De acordo com Maya, o programa permitiu que os produtores da agricultura familiar começassem a vender seus produtos com preço de mercado. Hoje há a doação e compra de alimentos de forma simultânea, o que, na avaliação da secretária, foi uma “revolução”, já que esse mecanismo garante a produção na agricultura familiar. Nos estados do Nordeste, o PAA assumiu também a compra de leite.

“O PAA provou que o agricultor familiar tem capacidade de produção de produtos de qualidade e de ocupar o mercado de distribuição de alimentos”, disse a secretária. Recentemente, por meio do Plano Brasil Sem Miséria, o MDS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) fizeram um acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) para que esses estabelecimentos ampliem a compra e ofereçam produtos da agricultura familiar.

Em 2011, o PAA beneficiou 7.569 entidades nos estados que compõem o Cerrado (Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e

Tocantins, além do Distrito Federal). No total, foram R\$ 199,2 milhões em recursos distribuídos por meio do programa. Até junho de 2012, mais de 2 mil entidades já haviam sido beneficiadas e quase R\$ 70 milhões em recursos foram fornecidos.

Na avaliação da secretária, o principal desafio do governo é alcançar os povos tradicionais, assim como os assentados da reforma agrária. “Temos condições de expandir. Para isso, precisamos das parcerias para chegar às comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas, além dos pescadores artesanais e das quebradeiras de coco.”

Lei de Segurança Alimentar e Nutricional completa 6 anos – Site do MDS. 14/09/2012

Texto sancionado em 2006 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva permitiu o desenvolvimento institucional da política de alimentação e nutrição

Neste sábado, dia 15, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) completa seis anos. A Lei nº 11.346 criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e reforçou a formulação e implementação de políticas, planos, programas e ações pelo poder público, com a participação da sociedade civil, para assegurar o direito humano à alimentação adequada. “O grande desafio hoje é fazer com que a Losan seja efetivada em todo o território nacional”, diz a coordenadora-geral de Gestão e Implantação do Sisan, Valeria Burity.

Sancionada em 2006 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei nº 11.346 levou o governo a lançar o primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para estimular a integração de governos e sociedade civil no monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional no país. De lá para cá, 23 estados e o Distrito Federal aderiram ao Sisan e atualmente estão em processo de elaboração dos planos estaduais de segurança alimentar e nutricional. Segundo Valeria Burity, a meta é chegar a todos os estados e ao menos 60% dos municípios até 2015.

“A Losan foi feita de forma muito participativa, envolvendo a sociedade civil, o governo e atores internacionais, como a ONU”, assinala a coordenadora-geral de Gestão e Implantação do Sisan. “É uma lei que tem uma abordagem de direitos humanos, que tem uma definição ampla de segurança alimentar e nutricional e que reforça a obrigação do Estado brasileiro na garantia do direito humano à alimentação.”

Avanços – A partir da Losan, houve vários avanços nessa área no país. Em 2007, foi criada a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), que reúne 19 pastas sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para fazer a articulação e a integração dos órgãos e entidades federais do setor.

Em 2010, o direito humano à alimentação adequada foi incluído no artigo 6º da Constituição Federal, reconhecendo como direito social, assim como a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. No mesmo ano, o Decreto 7.272 regulamentou o Sisan e instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. “Hoje temos um marco legal forte e há avanços institucionais, mas há desafios”, reforça Valéria Burity.

Para a presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Maria Emília Lisboa Pacheco, a Losan é uma conquista cidadã. “A concretização de seus princípios, diretrizes e objetivos requer a permanente mobilização social das organizações da sociedade civil e movimentos sociais comprometidos com a luta pela mudança dos padrões insustentáveis de produção e consumo e afirmação do direito humano à alimentação adequada e saudável.”

Em 2011, com o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, várias ações de segurança alimentar e nutricional foram reforçadas. Houve ampliação da participação de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais no abastecimento dos mercados, com ênfase nos institucionais. Além disso, houve a ampliação do número de agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Outra medida importante é a construção de cisternas no Semiárido brasileiro.

Agrotóxicos encontram mercado fértil em terras brasileiras. Henrique Kungler – Site do MST. 17/09/2012

O Brasil vive um drama: ao acordar do sonho de uma economia agrária pujante, o país desperta para o pesadelo de ser, pelo quinto ano consecutivo, o maior consumidor de agrotóxicos do planeta. Balança comercial tinindo; agricultura a todo vapor. Mas quanto custa, por exemplo, uma saca de milho, soja ou algodão? Será que o preço de tais commodities – que há tempos são o motor de uma economia primária à la colonialismo moderno – compensa os prejuízos sociais e ambientais negligenciados nos cálculos do comércio internacional?

“Pergunta difícil”, diz o economista Wagner Soares, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Bolsa de Chicago define o preço da soja; mas não considera que, para se produzir cada saca, são aplicadas generosas doses de agrotóxicos que permanecem no ambiente natural – e no ser humano – por anos ou mesmo décadas.

“Ao final das contas, quem paga pela intoxicação dos trabalhadores e pela contaminação ambiental é a sociedade”, afirma Soares. Em seu melhor economês, ele garante que as “externalidades negativas” de nosso modelo agrário continuam de fora dos cálculos.

Segundo o economista do IBGE, que recentemente estudou propriedades rurais no Paraná, cada US\$ 1 gasto na compra de agrotóxicos pode custar aos cofres públicos

US\$ 1,28 em futuros gastos com a saúde de camponeses intoxicados. Mas este é um valor subestimado. Afinal, Soares contabilizou apenas os custos referentes a intoxicações agudas. Levando-se em conta os casos crônicos, acrescidos da contaminação ambiental difusa nos ecossistemas, os prejuízos podem atingir cifras assustadoramente maiores. “Estamos há décadas inseridos nesse modelo agrário, e estudos mensurando seus reais custos socioambientais são raros ou inexistentes”, diz.

Seja na agricultura familiar, seja nas grandes propriedades rurais, “os impactos dos agrotóxicos na saúde pública abrangem vastos territórios e envolvem diferentes grupos populacionais”, afirma dossiê publicado em abril pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), entidade que reúne pesquisadores de diversas universidades do país. Milhares de casos de contaminação são registrados todos os anos pelo Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas, gerido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pelo Sistema de Notificações em Vigilância Sanitária, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Mas, segundo a Organização Mundial da Saúde, para cada 50 quadros de intoxicação por agrotóxico no mundo, apenas 1 é notificado.

Não são apenas agricultores e suas famílias que integram grupos de risco. Todos os milhares de profissionais envolvidos no comércio e manipulação dessas substâncias são potenciais vítimas. E, além deles, “todos nós, diariamente, a cada refeição, ingerimos princípios ativos de agrotóxicos em nossos alimentos”, garante a médica Raquel Rigotto, da Universidade Federal do Ceará (UFC). O agricultor Jeferson Matias da Rosa, de Boa Vista das Missões (RS), reafirma: “Hoje, todo mundo come veneno”.

Nenhuma novidade até aqui. O que nem todos sabem é que o Brasil é destino certo para insumos agroquímicos que, por elevados graus de toxicidade, já foram banidos em diversos países.

Veneno nosso de cada dia

Estão registrados no mercado brasileiro 434 ingredientes ativos, que, combinados, resultam em pelo menos 2.400 formulações de agrotóxicos amplamente utilizadas em nossas lavouras. O cardápio é eclético: inseticidas, fungicidas, herbicidas, nematicidas, acaricidas, rodenticidas, moluscidas, formicidas e por aí vai – os responsáveis pela regulação e controle de tais produtos são os ministérios da Saúde (MS), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Meio Ambiente (MMA).

Das 50 substâncias mais usadas em terras brasileiras, 24 já foram banidas nos Estados Unidos, Canadá, Europa e, algumas, mesmo na Ásia. Atualmente, apenas 14 delas estão em processo de reavaliação pela Anvisa – procedimento que se arrasta desde 2008.

Alguns notórios destaques: o endossulfam, amplamente utilizado em culturas de soja, café, algodão e cacau, é sucesso de vendas no Brasil. Se as previsões da Anvisa se concretizarem, seu uso será banido – como já é em 45 países – até 31 de julho de 2013. É um provável desregulador endócrino, responsável também por danos irreparáveis ao sistema reprodutivo.

A cihexatina, empregada até muito recentemente em plantações de café, laranja, maçã, morango e pêssego, também entrou para a lista negra da Anvisa, e foi proibida somente

no final de 2011. Carcinogênica e neurotóxica, a substância é ilegal na Austrália, China, Japão, Tailândia, Líbia, Paquistão, Canadá e Estados Unidos. Não menos emblemático é o caso do metamidofós, poderoso genotóxico e neurotóxico, já proibido na Europa, China, Índia e Indonésia. Usado principalmente em plantações de alface e tomate, sua comercialização, por aqui, só foi proibida em junho último.

Os demais 11 produtos na mira da Anvisa estão devidamente elencados no relatório da Abrasco, disponível no sítio da instituição – que lançou, recentemente, em parceria com a Fiocruz e dezenas de instituições pelo Brasil afora, o Abaixo-assinado por banimento de banidos.

Agroquímicas na casa da mãe Joana

Se os princípios ativos permitidos em lei já são motivo de preocupação, o que dizer de agrotóxicos ilegais, adulterados e fora da validade? Por mais escabroso que pareça, fiscalizações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Anvisa vêm, nos últimos anos, sistematicamente encontrando, em propriedades rurais e nos estoques de indústrias agroquímicas em todo o Brasil, lotes de insumos fora dos padrões de segurança e toxicidade exigidos em lei.

Em fevereiro, o Ibama apreendeu 876 kg de agrotóxicos irregulares em São José do Rio Preto (SP). Além de produtos vencidos e misturados de forma inadequada, os fiscais também encontraram brometo de metila – proibido no Brasil desde 1987, quando o país assinou o Protocolo de Montreal, comprometendo-se a banir o uso da substância, empregada em culturas de fumo e hortaliças. Ao todo, as multas aplicadas nas propriedades fiscalizadas somaram R\$ 91 mil.

Fiscais da Anvisa não trouxeram melhores notícias. Operações conduzidas entre 2009 e 2010, em diversos estados, encontraram irregularidades em todas as 10 fábricas de agrotóxicos vistoriadas naquele período. A lista é extensa: a empresa agroquímica suíça Syngenta, uma das líderes mundiais do setor, guardava em seus estoques 1,15 milhão de litros de agrotóxicos adulterados, com direito também a produtos vencidos; a alemã Bayer não ficou para trás, com 1 milhão de litros de insumos com fórmulas adulteradas; e sua conterrânea Basf apresentou 800 mil litros de produtos irregulares.

Enquanto isso, a norte-americana Monsanto foi autuada por omissão de informações relacionadas ao processo de produção de seus agrotóxicos; e, nas fábricas de todas as demais concorrentes – Dow AgroSciences, Nufarm, Milenia Agrociências, Ilhabras, Sipicam Isagro Brasil e FMC Química do Brasil – foram encontradas irregularidades análogas.

Ao todo, quase 10 milhões de litros de agroquímicos adulterados, vencidos ou fora dos padrões de segurança e toxicidade exigidos pela Anvisa estavam prestes a ser destinados às lavouras brasileiras. Os procedimentos administrativos de autuação ainda estão em andamento.

Fiscalizar insumos agrícolas é tarefa desafiadora. Segundo o engenheiro e economista Victor Pelaez, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), uma das maiores dificuldades, no Brasil, é a “limitada quantidade de funcionários alocados na regulação

de agrotóxicos”, mesmo sendo o país o maior mercado para esses produtos. Em recente levantamento, Pelaez contabilizou que, ao todo, temos apenas 77 funcionários para dar conta de gerir e fiscalizar as atividades do setor em todo o território nacional (28 na Anvisa, 30 no Ibama e 19 no MAPA). Nos Estados Unidos, segundo maior mercado mundial de agroquímicos, os quadros técnicos somam 620 funcionários.

Comparando os dois países, o economista ainda cita outro dado passível de reflexão. Enquanto o registro de ingredientes ativos, nos Estados Unidos, custa em média US\$ 630 mil, no Brasil é cerca de US\$ 53 mil a US\$ 100 mil. Além disso, os norte-americanos cobram valores periódicos de reavaliação, em torno de US\$ 150 mil; enquanto, por aqui, as indústrias são isentas desse tipo de taxa.

Falando em isenção, “é notável a generosidade dos governos estaduais e federal em relação aos agrotóxicos”, lembra Rigotto. Segundo a médica da UFC, em alguns estados, como no Ceará, a isenção fiscal chega a 100%.

Números envenenados

Ao longo da última década, o consumo de agrotóxicos no mundo cresceu 93%. Mas no Brasil, segundo a Anvisa, esse crescimento foi de 190%. Hoje o país consome um quinto da produção mundial de ‘defensivos agrícolas’ – eufemismo publicitário utilizado para amenizar a negatividade do termo ‘agrotóxico’.

Na safra de 2011, nossa agricultura consumiu nada menos que 936 mil toneladas de insumos químicos, dos quais 80% foram destinados a cultivos de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar. Na ponta do lápis, isso equivale a cerca de 5 kg anuais de agrotóxicos per capita, que é, na verdade, a média de consumo dos brasileiros ao longo dos últimos anos.

Dados da Anvisa, levantados no Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, em 2010, apontam que pelo menos um terço das 2.488 amostras de frutas, verduras e legumes coletadas foram consideradas insatisfatórias. “Encontramos diversas irregularidades, como quantidades de agrotóxicos muito acima do permitido, presença de ingredientes ativos inapropriados para a cultura em que foram detectados, além de produtos proibidos pela legislação”, disse na época José Agenor Álvares da Silva, diretor da Anvisa.

Alerta máximo para o pimentão (teve 91% das amostras com níveis de toxicidade acima do permitido), morango (63%), pepino (57%), alface (54%) e cenoura (49%) – o relatório completo está disponível no sítio da Anvisa.

Uma viagem no tempo. *O excerto que você está prestes a ler foi publicado em Ciência Hoje no distante ano de 1986 – e qualquer coincidência com o presente será mera semelhança com a trivialidade da história que não hesita em se repetir. “Registram-se no Brasil, até hoje, produtos banidos de outros países; vendem-se, sem restrições, substâncias proibidas; usam-se, fora dos padrões, venenos perigosos. E pouco se conhece sobre as consequências: acidentes e casos de intoxicação são acompanhados de forma assimétrica (...). É hora de reavaliar as condições de uso desses produtos,*

cujo consumo, altamente estimulado por sucessivos governos, saltou, em 10 anos, de 27 mil para 80 mil toneladas.”

Definitivamente, pouco mudou. Exceto pelo fato de que, em 2011, o consumo de agrotóxicos no Brasil foi de 936 mil toneladas.

Agroecologia: um horizonte possível?

Produtores e especialistas alinhados ao modelo convencional de produção agrícola insistem: sem agrotóxicos seria impossível alimentar uma população mundial em constante expansão. Esses venenos seriam, portanto, um mal necessário. “Quem critica os agrotóxicos não lembra que a população precisa comprar alimento a custos acessíveis”, argumenta a senadora Kátia Abreu, principal voz do agronegócio no Brasil. “É a única forma de produzir alimento barato, infelizmente.”

Nem todos concordam. O agricultor Fernando Ataliva, de Indaiatuba (SP), garante que “não há nenhuma dificuldade técnica em se produzir alimentos orgânicos, sem agrotóxicos, para alimentar a população”. Cita o exemplo de seu sítio, mantido no sistema agroecológico, que produz 300 toneladas anuais de alimento. Histórias semelhantes estão reunidas no documentário *O veneno está na mesa*, de Silvio Tendler, que traça um panorama amplo e atual da problemática no Brasil. Segundo Ataliva, “a humanidade domina a agricultura há pelo menos 10 mil anos, e o modelo imposto no século 20 vem apagando a herança e o acúmulo de conhecimento dos métodos tradicionais”.

A engenheira agrônoma Flavia Londres, da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), no Rio de Janeiro, assina embaixo. Autora de recente obra de referência sobre o tema, ela defende que precisamos de outra estrutura agrária – baseada em propriedades menores, com produção diversificada e privilegiando mercados locais, contemplando a conservação da biodiversidade. “Monoculturas são grandes desertos verdes”, diz. “A agroecologia, portanto, requer uma mudança paradigmática no modelo agrário, que resultaria, na verdade, em uma mudança cultural.”

Comentando sobre a corrente comparação entre os dois mundos possíveis, Londres questiona: “Em termos de capacidade de produção, não podemos comparar de igual para igual o agronegócio – que há décadas tem sido agraciado com benefícios econômicos e fiscais do todos os tipos – com os sistemas de produção alternativos – que ainda são marginais e carecem de incentivo e políticas públicas expressivas”.

Mas a pergunta que não quer calar é: será que um modelo dito ‘alternativo’ teria potencial para alimentar uma população que, até 2050, deverá chegar a 9 bilhões? “Certamente tem muito mais potencial do que o agronegócio, que, hoje, não dá conta de alimentar nem 7 bilhões”, retruca a engenheira. Segundo ela, sistemas de produção descentralizados têm muito mais condições de produzir (e distribuir) alimentos em quantidade e qualidade. “Mas confesso que o cenário é desfavorável”, lamenta. “Com as lideranças atuais, incluindo a bancada ruralista que manda no Brasil, não devemos ir muito longe.”

Tal pessimismo é compartilhado por Rigotto. “Basta analisar os números oficiais”, sugere a médica da UFC. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), encarregado das políticas agroecológicas, teve orçamento de R\$ 16 bilhões em 2011; enquanto o MAPA, encarregado de fomentar o agronegócio, teve nada menos que R\$ 107 bilhões.

É desproporcional”, comenta, mencionando que, enquanto a soma destinada ao agronegócio beneficia pouco mais de 5 mil empresas, o montante destinado à agricultura alternativa fomenta 32 milhões de trabalhadores rurais. Segundo Rigotto, o governo federal está determinado a priorizar o modelo de desenvolvimento agroexportador baseado em mercadorias de baixo valor agregado, ainda que a altíssimos custos sociais e ambientais.

BREVE HISTÓRIA DO MUNDO AGROQUÍMICO

Dizem as más línguas que a indústria agroquímica é filha da indústria da guerra. Intriga da oposição? Não necessariamente. Tamanha a surpresa dos que navegam pela página virtual da Monsanto e acessam a informação nua e crua de que, sim, “a empresa fabricou o agente laranja de 1965 a 1969”. Junto com a Dow Chemical e outras corporações do setor – muitas das quais, hoje, atuam no ramo agrícola –, a Monsanto foi uma das fornecedoras de insumos que o governo norte-americano utilizava na guerra do Vietnã. Mas, finda a guerra, onde tais companhias encontrariam semelhante filão de mercado? A agricultura despontava como promissor segmento de atuação

Movimentos criticam tese de que agronegócio acabaria com a fome no mundo – Site do MST. 17/09/2012

Veja nota de movimentos sociais sobre um artigo de José Graziano da Silva, Diretor Geral da FAO, e Suma Chakrabarti, Presidente do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, publicado no dia 6 de setembro pelo jornal Wall Street. Os movimentos denunciam o fato das autoridades convocarem aos governos e à sociedade a trabalhar junto com o setor privado considerado motor e líder da alimentação mundial.

POR QUE A FAO E O BERD PROMOVEM UMA AGRICULTURA QUE DESTROI A AGRICULTURA CAMPONESA?

Indignação e medo foi o que nos provocou o artigo com assinatura de José Graziano da Silva, Diretor Geral da FAO, e Suma Chakrabarti, Presidente do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, publicado no dia 6 de setembro pelo jornal Wall Street. Na publicação ambas as autoridades convocam aos governos e à sociedade a trabalhar junto com o setor privado considerado motor e líder da alimentação mundial.

Ainda que se refiram especificamente a Europa Oriental e Norte de África, também fazem um chamado a que os investimentos e a concentração (acaparamento) de terras se generalizem em todo mundo.

Como justificativa, qualificam o setor privado como eficiente, dinâmico e o chamam a duplicar seus investimentos em compra de terras, enquanto tratam ao setor camponês e as poucas políticas de proteção da agricultura que ainda existem como um fardo, um peso que não permite avançar o desenvolvimento agrícola e que deve ser eliminado.

Para isso, chamam aos governos a facilitar os grandes negócios privados na agricultura. Isto dentro do marco de uma convocação a qual o Diretor da FAO José Graziano da Silva qualificou como a maior e mais importante reunião de empresas e representantes do agronegócio com representantes de instituições públicas e internacionais, incluída a FAO, realizada na Turquia no dia 13 de setembro recém passado.

Os senhores Graziano da Silva e Chakrabarti fazem no referido artigo uma série de afirmações tendenciosas e que ocultam a real situação da agricultura e da alimentação. Apresentando a Rússia, Ucrânia e Kazaquistão como exemplos do êxito do agronegócio o que tem permitido que estes países passem de ser “as terras abandonadas dos anos 90” para ser atualmente “os principais exportadores de cereais”, não mencionam em momento algum que as cifras oficiais mostram que nos três países mencionados a produtividade é muito mais alta nas terras em mãos de camponeses que aquelas em mãos do agronegócio.

A agricultura camponesa da Rússia produz mais que a metade do produto agrícola somente com um quarto de área agrícola; na Ucrânia são a fonte de 55% da produção agrícola com somente 16% das terras e no Kazaquistão entregam 73% da produção agrícola com apenas metade da terra. De fato, são os pequenos produtores e sobretudo as mulheres quem alimentam a população destes países. Tampouco mencionam que quando existem dados oficiais a respeito, como na União Europeia, Colômbia e Brasil, mostra-se reiteradamente que a agricultura camponesa é mais eficiente e produtiva que a empresarial, o que tem sido confirmado por diversos estudos na Ásia, África e América Latina.

Isto demonstra que ao contrário do indicado pelo diretor geral da FAO, quem tem a real capacidade de alimentar a humanidade são as camponesas e os camponeses do mundo inteiro. O avanço do agronegócio, só tem aumentado a pobreza, destruindo a capacidade da agricultura de gerar emprego, tem multiplicado a contaminação e a destruição ambiental, e trazido de volta o trabalho escravo e provocado a crise alimentar e climática das últimas décadas.

Para os movimentos sociais e as/os camponeses do mundo não é aceitável e inclusive é inexplicável que o Diretor Geral da Organização para a Agricultura e a Alimentação promova o extermínio da agricultura camponesa e o avanço da concentração e acaparamento de terras. Vemos como muito grave que isto ocorra após três anos de um árduo trabalho em que as organizações colocaram toda sua capacidade e vontade para a construção de diretrizes voluntárias que protejam contra a concentração de terras e depois que o Sr. Graziano da Silva durante sua campanha a diretor geral expressou reiteradamente junto às organizações camponesas seu compromisso de promover e valorizar a importância da agricultura camponesa e sua necessária participação na produção para alimentação.

Assusta-nos a linguagem ofensiva dos senhores Graziano da Silva e Chakravarti, como quando se referem a “fertilizar as terras com dinheiro” ou “facilitar a vida aos famintos do mundo”. Isto nos leva a colocar em dúvida a capacidade da FAO para fazer seu trabalho com o necessário rigor e independência frente às grandes empresas do agronegócio e assim cumprir o mandato das Nações Unidas de erradicar a fome e melhorar as condições de vida dos povos do campo.

Perguntamos-nos qual é realmente a validade do “Ano Internacional da Agricultura familiar”, se o diretor geral da FAO estima que o que freia a produção agrícola são os “níveis relativamente altos de proteção, falta de irrigação, propriedades pequenas e anti econômicas”. Esta visão e a subordinação da FAO aos mecanismos econômicos e aos interesses vorazes dos investidores sem dúvida é que colocam em cheque o trabalho de aproximação entre as organizações camponesas e a FAO que temos feitos nos últimos anos. E nos perguntamos por que a FAO não tem desenvolvido uma proposta de ação real e efetiva que proteja a produção camponesa e familiar como ferramenta fundamental contra a crise alimentar que hoje novamente está enriquecendo os grandes bancos e as transnacionais.

Também nos perguntamos para onde irão as famílias camponesas se este programa de conversão da agricultura centrada em grandes complexos agroindustriais se tornar realidade?

As ameaças não são somente do abandono da missão da FAO. Também é grave que o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento promova e faça investimentos na concentração e acaparamento de terras e a entrega da agricultura ao agronegócio, ainda mais quando hoje tem expandido sua área de trabalho para o norte da África.

O que a agricultura e o planeta necessitam atualmente é justamente o contrário do que foi proposto pelos Senhores Graziano da Silva e Chakrabarti. O que a humanidade e os que sofrem fome no mundo necessitam é o sustento das agro-culturas do campo, que constituem as formas de vida de metade da humanidade e tornam possível a agricultura camponesa. Porque é mais eficiente e produtiva, porque ainda assegura pelo menos metade da alimentação mundial e grande parte do trabalho no campo, contribui ainda para esfriar o planeta, e por tudo isto a agricultura camponesa deve ser fortalecida e protegida.

A produção de alimentos e das formas de vida camponesas e indígenas não podem ser destruídas para criar uma nova fonte de mega negócios nas mãos de um grupo ínfimo de pessoas. As terras e territórios devem deixar de ser uma mercadoria e voltar para as mãos dos povos do campo, necessitamos reformas agrárias profundas, integrais e efetivas, sem concentração e acaparamento de terras por investidores que somente buscam o lucro. Necessitamos mais comunidades e famílias camponesas e indígenas desenvolvendo sua agricultura com dignidade e respeito e não de agronegócios.

Sustentabilidade à Mesa: projeto aproxima hoteleiros de agricultores familiares. **Site do MDA. 17/09/2012**

A proximidade de grandes eventos internacionais no Brasil como a Copa do Mundo, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016, aquece o setor hoteleiro e gastronômico do País. Esse nicho pode impulsionar outro segmento, o da agricultura familiar. Para estimular o crescimento desses setores, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Sesi e a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih) firmaram uma parceria que resultou no Projeto Sustentabilidade à Mesa. A iniciativa valoriza a preservação dos recursos naturais e visa ampliar a competitividade e a participação da agricultura familiar no ramo de alimentação dos meios de hospedagem.

O Sustentabilidade à Mesa tem como base três iniciativas: a Rede Brasil Rural, do MDA, e os programas Cozinha Brasil e ViraVida, do Sesi. Todos os estados brasileiros serão contemplados pela parceria. Belém e Salvador serão as primeiras capitais a receber o lançamento do projeto nos próximos dias 18 e 20 de setembro, respectivamente. Em outubro, o lançamento ocorre em Fortaleza e João Pessoa.

O coordenador da Rede Brasil Rural (RBR) do MDA, Marco Antônio Viana Leite, explica que a proposta do ministério é colocar o setor hoteleiro em contato direto com os fornecedores da agricultura familiar, que são representados na parceria por cooperativas. “Esse trâmite de comunicação vai facilitar a venda dos produtos para empresas do ramo de hospedagem, um nicho de mercado que ainda não existe. Ou seja, aquecemos os negócios da agricultura familiar e, do outro lado, os hotéis poderão fornecer aos hóspedes produtos diferenciados e oriundos do trabalho das famílias do campo”, detalha Viana.

Segundo o presidente da Abih, Enrico Fermi, o Sustentabilidade à Mesa estimula a permanência das famílias no meio rural. “São muitos os benefícios, a começar pelas vantagens que serão oferecidas aos hóspedes. O Cozinha Brasil, por exemplo, vai evitar o desperdício de alimentos, o que pode reduzir o custo da alimentação para o consumidor final”, afirma Fermi.

Ele acrescenta que os clientes cada vez mais valorizam o tema sustentabilidade e que a agricultura familiar tem esse viés. “A população tem simpatia pela questão ambiental e acredito que vai aderir facilmente. Além disso, a agricultura familiar dispõe de muitos produtos diversificados, o que chama a atenção dos hóspedes, principalmente do público internacional”, conclui o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis.

Nos lançamentos do projeto em Belém e Salvador, também será apresentado aos donos de hotéis o ViraVida, projeto do Sesi que capacita profissionalmente jovens em situação de vulnerabilidade social. Os hotéis são potenciais empregadores e o Sesi quer estimular a contratação dos alunos justamente no setor que acompanha de perto o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes. “Queremos sensibilizar os hoteleiros para que eles participem desse trabalho de inclusão social, contratando os jovens atendidos pelo ViraVida e também que nos apoiem na luta contra o turismo sexual”, adiantou o presidente do Conselho Nacional do Sesi, Jair Meneguelli.

Conheça os três pilares do Sustentabilidade à Mesa

Rede Brasil Rural

A Rede Brasil Rural é uma plataforma virtual criada pelo MDA para organizar e fortalecer a cadeia produtiva da agricultura familiar, beneficiando seus participantes. O site de compra e venda exige o cadastramento de cooperativas de agricultores familiares que poderão adquirir, juntos, insumos como sementes, máquinas e equipamentos, além de vender seus produtos para empresas e programas do governo.

O mapa brasileiro dos empreendimentos cadastrados reúne representantes de todos os estados do Brasil, com mais de 570 associações e cooperativas rurais, que agrupam cerca de 200 mil produtores do campo.

Cozinha Brasil

Criado a partir de estudos que revelavam baixa qualidade nutricional na alimentação dos trabalhadores da indústria, o programa Cozinha Brasil tem foco na educação alimentar e no aproveitamento integral dos alimentos. Ele combina alguns grandes eixos: nutrição, manuseio adequado, economia doméstica, redução de desperdícios e aproveitamento de produtos regionais ou sazonais. Os cursos do programa chegam a centenas de municípios por meio das unidades móveis (caminhões equipados com cozinha-escola) do Sesi.

ViraVida

O programa ViraVida promove a elevação da autoestima e da escolaridade dos adolescentes e jovens participantes, para que desvendem o próprio potencial e assim conquistem autonomia. O processo socioeducativo está baseado em cursos profissionalizantes construídos a partir do alinhamento entre a demanda de cada mercado, o perfil e as expectativas desses jovens. Os cursos contemplam a necessidade de integração entre formação profissional, educação básica e noções de autogestão. Também asseguram aos alunos atendimento psicossocial, voltado ao resgate de valores e fortalecimento de vínculos familiares.

Grandes empresas alimentícias querem esconder a origem de seus produtos. Stephanie Strom – Site do MST. 18/09/2012

Companhias gigantes de bioengenharia como a Monsanto e DuPont estão gastando milhões de dólares para lutar contra a iniciativa de plebiscito da Califórnia que deve decidir sobre a obrigatoriedade do rótulo de alimentos geneticamente modificados. Isso não surpreende ninguém, muito menos os proponentes da lei, que se aprovada pelos eleitores será a primeira do tipo no país.

Mas as companhias por trás de algumas das maiores marcas de orgânicos do país - Kashi, Cascadian Farm, Horizon Organic - também se juntaram ao esforço antirrotulagem, acrescentando milhões de dólares para derrubar a iniciativa, conhecida como Proposta 37.

Sua oposição é um contraste drástico em relação às pequenas empresas independentes de orgânicos, que em geral são a favor de rotular os produtos que contêm organismos geneticamente modificados, ou OMGs. E isso levantou uma reação dos consumidores nas mídias sociais que levou algumas marcas de orgânicos a tentar se distanciar de seus parentes corporativos.

"Queremos deixar claro que a Kashi não fez nenhuma contribuição para se opor ao rótulo de OMG", disse a marca numa declaração divulgada no mês passado depois que sua página no Facebook foi inundada com comentários de consumidores dizendo que não comprariam mais seus produtos porque a companhia à qual pertence, a Kellogg Co., colocou mais de US\$ 600 mil na luta contra o referendo.

Mas na semana passada, consumidores ainda estavam enchendo os sites da Horizon, que é propriedade da Dean Foods; J.M. Smucker Co., que tem vários produtos orgânicos, e Kashi com expressões de traição e desapontamento. "É inconcebível que vocês estejam financiando o esforço para derrubar a Proposta 37", disse um post.

"Os consumidores nem sempre estão cientes de que suas marcas orgânicas favoritas de fato pertencem a grandes multinacionais, e agora estão descobrindo que o valor a mais que pagavam para comprar esses produtos orgânicos está sendo gasto para lutar contra algo em que eles acreditam apaixonadamente", diz Mark Kastel, cofundador do Cornucopia Institute, um grupo de supervisão do setor orgânico e política agrária que vem acompanhando as contribuições na luta pelo referendo. "Eles se sentem enganados."

O protesto enfatiza a diferença entre as grandes marcas de orgânicos que puxaram o crescimento de dois dígitos no mercado de orgânicos e as pequenas empresas e produtores independentes que a maioria dos consumidores imaginam quando compram um pêssego ou um xampu orgânico - companhias como a Nature's Path, uma das maiores concorrentes da Kashi

Embora produtos orgânicos certificados sejam proibidos por lei de conter ingredientes geneticamente modificados, as companhias de orgânicos em geral são a favor da lei da rotulagem, dizendo que os consumidores têm o direito de saber o que os produtos que compram contêm. O que não está dito é que isso também pode ser uma vantagem de marketing para as companhias de orgânicos, distinguindo seus produtos daqueles dos produtores convencionais.

As companhias parentes, entre elas a Kellogg, General Mills, Dean Foods, Smucker's e Coca-Cola, recusaram-se a falar sobre sua oposição à iniciativa de rotulagem, que será votada em novembro, encaminhando as perguntas a Kathy Fairbanks, porta-voz do "Não" na campanha da Proposta 37.

Na semana passada, a organização divulgou um estudo que tinha encomendado que estima que a iniciativa acrescentaria US\$ 1,2 bilhão em custos para os agricultores e produtores de alimentos da Califórnia. Fairbanks disse que os altos custos poderiam acrescentar de US\$ 350 a US\$ 400 na conta de supermercado de uma família.

Além disso, diz ela, os oponentes acreditam que a rotulagem aumentaria o que eles

chamam de preocupações infundadas com a segurança dos produtos geneticamente modificados.

A União Europeia exige este rótulo de biotecnologia desde 1997, e companhias costumam formular seus produtos para dizer que não contêm nenhum ingrediente geneticamente modificado e assim não precisam do rótulo. Além disso, David Byrne, ex-comissário europeu para saúde e proteção do consumidor, disse que não havia impacto sobre o custo dos produtos.

Mas durante mais de uma década nos Estados Unidos, a maior parte de alimentos processados como cereais, salgadinhos e molhos de salada continham ingredientes de plantas cujo DNA foi manipulado num laboratório. Os reguladores e muitos cientistas dizem que isso não representa nenhum perigo.

Os norte-americanos, entretanto, estão ficando muito mais conscientes do papel que a alimentação tem sobre sua saúde e bem estar, e conseqüentemente querem muito mais informação sobre o que comem, inclusive se o alimento contém ingredientes geneticamente modificados bem como sal e gordura trans. Até agora, os oponentes da Proposta 37 já comprometeram cerca de US\$ 25 milhões para derrotá-la, com as maiores contribuições vindas da Monsanto (US\$ 4,2 milhões) e DuPont (US\$ 4 milhões), que fizeram grandes investimentos em plantações geneticamente modificadas.

Várias companhias de alimentação não estão longe. A PepsiCo, Nestlé, ConAgra Foods e Coca-Cola, que é dona das marcas de chás Odwalla e Honest Tea, colocaram, cada uma delas, mais de US\$ 1 milhão da briga, enquanto a General Mills, que é dona de grandes nomes dos alimentos orgânicos como a Muir Glen e Cascadian Farm bem como novas empresas populares como Laerabar e Food Should Taste Good, gastou mais de US\$ 900 mil.

"Nós acreditamos que as regulações de rotulagem devem ser estabelecidas em nível nacional, não Estado por Estado", disse a General Mills numa declaração em seu site.

Apoiadores da medida até agora juntaram apenas US\$ 3,5 milhões de doadores como a Organic Valley, que deu US\$ 50 mil, e Clif Bar e Amy's Kitchen, com US\$ 100 mil cada.

A Whole Foods, meca do varejo do movimento de alimentos orgânicos e naturais, disse que apoiava a proposta da Califórnia, embora com algumas reservas em relação aos detalhes - e sem colocar mais dinheiro na iniciativa, de acordo com sua política, disse uma porta-voz.

A Nature's Path, uma empresa independente, colocou mais de US\$ 600 mil para apoiar a iniciativa de referendo - muito embora seja uma companhia canadense. Cerca de 70% de suas vendas e a maior parte de sua produção acontece nos Estados Unidos, disse Arran Stephens, presidente da companhia, mas este não é o motivo pelo qual ela é uma das maiores apoiadoras da Proposta 37.

"Nós sabemos qual é o conteúdo de sal e o conteúdo nutricional nos alimentos, e os produtores têm de afirmar se há conservantes na comida", diz Stephens. "Mas no caso

de organismos geneticamente modificados e sua existência ou não em um produto, nós não sabemos."

Ronnie Cummins, fundador e diretor nacional da Associação de Consumidores Orgânicos, que representa cerca de 850 mil membros, disse esperar que as companhias de alimentos e biotecnológicas que se opõem à medida gastem cerca de duas vezes mais o que já gastaram na época da eleição de 6 de novembro.

Entretanto, Cummins disse que espera que ela seja aprovada. Numa pesquisa com 800 eleitores californianos em julho realizada pela California Business Roundtable e Pepperdine University, 64,9% disseram que estavam inclinados a votar a favor da Proposição 37 com base no seu conhecimento da época.

"Quanto mais anúncios eles colocava, mais as pessoas são lembradas de que já estão comendo alimentos com ingredientes transgênicos", disse ele.

Especialistas em marcas disseram que as companhias também arriscam manchar suas próprias marcas que trabalharam duro para separar das empresas convencionais, se é que conseguiram ao manter o nome de suas donas nas letras microscópicas enterrado em algum lugar num site.

"Num mundo em que todos veem tudo, você não pode mais ter uma coisa separada da outra, você não pode ter um lado da companhia fazendo uma coisa e o outro fazendo outra coisa", disse Allen P. Adamson, diretor administrativo da Landor Associates. "As pessoas procurarão incoerências e as cobrarão de você."

A Associação de Comércio Orgânico apoia a rotulagem de produtos alimentícios que contêm ingredientes geneticamente modificados muito embora dois dos integrantes de seu conselho venham de companhias - a Dean Food e a Smucker's - que se opõem à medida para a votação na Califórnia.

Christine Bushway, diretora-executiva da associação, disse que a questão é bastante clara para a organização, uma vez que os organismos geneticamente modificados estão banidos dos alimentos orgânicos. "Nossa questão sempre foi, se as companhias não sentem que os OMGs são um problema para os consumidores, qual é a preocupação em relação a colocarem-nos no rótulo?", disse Bushway. Ela disse que como associação comercial, a organização normalmente não coloca dinheiro em campanhas.

A Just Label It, uma organização que lutou pelo rótulo de produtos geneticamente modificados desde 2011, chegou para apoiar a medida - mas também não colocará dinheiro na luta. Gary Hirshberg, presidente da campanha e também presidente da Stonyfield Farm, a marca de laticínios orgânicos agora de propriedade da Dannon, disse que sua organização já havia usado a maior parte de seus recursos quando a iniciativa da Califórnia começou a caminhar.

"Para ser franco com você, eu entendo exatamente o que eles estão tentando alcançar, e apoio seu objetivo, mas não acredito que a longo prazo possamos resolver um problema como este num nível estadual", disse Hirshberg. "Mesmo que a Califórnia tenha

sucesso, e esperamos que tenha, ainda há uma questão de política nacional diante de nós."

Outros dizem que o motivo pelo qual as companhias de alimento e biotecnologia estão investindo pesadamente para lutar contra a medida de votação na Califórnia é porque este mercado é tão grande que efetivamente faria com que elas adotassem os rótulos ou reformulassem seus produtos em todo o país. "É por isso que eles estão resistindo tanto", disse Kastel.

MST ataca pai do Fome Zero, que elogiou agronegócio. João Domingos – O Estado de São Paulo. 18/09/2012

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e representantes de sete entidades que atuam na área da defesa dos direitos humanos e de agricultores se disseram na segunda-feira (17) "indignados" e com "medo" por causa de artigo do diretor-geral da FAO, o brasileiro José Graziano da Silva, em parceria com Suma Chakrabarti, presidente do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Berd), no qual os dois afirmam que "o mundo precisa de mais alimentos" na luta contra a fome e sustentam que "o setor privado pode ser o principal motor de tal crescimento". O texto, que saiu no último dia 6, na edição europeia do The Wall Street Journal, tem o título de "Fome por Investimento".

Em sua nota, o MST e seus aliados acusam a FAO e o Berd de pregarem um modelo de agricultura que destrói a produção camponesa. "Indignação e medo foi o que nos provocou o artigo com assinatura de José Graziano da Silva e Suma Chakrabarti", afirmaram. E a nota prossegue: "Ainda que se refiram especificamente à Europa Oriental e ao Norte de África, também fazem um chamado a que os investimentos e a concentração de terras se generalizem em todo mundo".

Graziano foi ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome, no início do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e a ele coube comandar o Programa Fome Zero. Abandonado tempos depois, o programa foi substituído pelo bem-sucedido Bolsa Família.

O artigo dos dois economistas menciona um importante encontro realizado na semana passada, na Turquia, por grandes empresas de agronegócio de vários países da Europa Central. Destacam que "severos períodos de seca, aumento de preço dos grãos e escassez de alimentos (...) constituem um urgente convite à ação". E alinham, a seguir, as avaliações que deixaram os movimentos sociais brasileiros indignados: "Dinâmicas, eficientes empresas privadas transformaram países como Rússia, Ucrânia e Casaquistão, após o colapso de suas fazendas coletivas, em gigantescos exportadores de grãos, em nossos dias".

Esses três países, prosseguiram, "já garantem 15% das exportações mundiais de grãos, e com políticas apropriadas poderão dobrar as suas colheitas". Por fim, eles convidam essas empresas a ampliar seus investimentos em compra de terras. Admitem, porém, que para conseguir mudar o cenário e fornecer mais alimentos ao mundo, "um bocado de

trabalho é necessário". E o setor privado "precisa duplicar o investimento em terras, em equipamentos e em sementes". Dizem os dois, por fim, que "o debate sobre o papel do setor privado na segurança alimentar mundial precisa ser levado em conta não apenas na Europa emergente, na Ásia e na África, mas também nos países ocidentais".

Reação

Na sua reação às sugestões da FAO e do Berd, a nota do MST e de seus aliados destaca que "(os dois) chamam os governos a facilitar os grandes negócios privados na agricultura". Além disso, trataram "o setor camponês e as poucas políticas de proteção da agricultura que ainda existem como um fardo, um peso que não permite avançar o desenvolvimento agrícola e que deve ser eliminado".

ONU culpa mercado financeiro por alta no preço de commodities. Jamil Chade – O Estado de São Paulo. 19/09/2012

Alerta das Nações Unidas é para que os governos e o G-20 intervenham da mesma forma que os BCs em relação ao câmbio

Nem safra recorde, seca ou um maior número de chineses consumindo. Os preços de matérias-primas não estão mais sendo definidos nem pela produção nem pela demanda, mas sim pelo mercado financeiro.

O alerta foi feito ontem pela ONU, que culpa especuladores pela volatilidade e pediu que Estados avaliem a possibilidade de intervir, criando taxas e atuando no mercado, da mesma forma que bancos centrais agem para conter a volatilidade de moedas.

Nos últimos dez anos, o volume de dinheiro usado em fundos de commodities no mercado financeiro passou de US\$ 10 bilhões para mais de US\$ 450 bilhões. Se não bastasse, parte do dinheiro injetado pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano) e pelo Banco Central Europeu (BCE) para recuperar economias está indo para apostas em matérias-primas.

Para o economista-chefe da Conferência da ONU para Comércio e Desenvolvimento, (Unctad), Heiner Flassbeck, a entrada de hedge funds, investidores e outros atores no mercado de commodities impede hoje até mesmo que países como a Arábia Saudita possam ter qualquer tipo de controle sobre o mercado do petróleo.

"Nem a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) consegue mais fazer frente aos mercados. Existem muitas pessoas que ainda negam que seja o mercado financeiro que domina os preços. Mas essa é a mais dura realidade", disse Flassbeck. "Hoje, preços não estão relacionados nem com produção nem consumo. Não culpe o mercado físico pela volatilidade. Apenas o mercado financeiro, que domina", insistiu.

A entidade estima que o preço de uma cabeça de gado está relacionado com a flutuação do índice S&P 500. Outra prova disso seria o fato de o preço do barril do petróleo continuar em alta, mesmo com os indícios de forte desaceleração na economia mundial.

O volume de derivativos comercializados já é 20 ou 30 vezes o tamanho da produção física.

Governos estão pressionados a agir, diante da alta nos preços de energia e alimentos. Nesta semana, o governo francês acertou a convocação de uma reunião de emergência do G-20 em outubro para lidar com a nova alta nos alimentos. José Graziano, diretor da FAO, se reuniu com o presidente da França, François Hollande, em Paris, na segunda-feira, para acertar os detalhes.

Show. Mas Flassbeck acusa governos como o dos Estados Unidos e o da França de terem apenas feito show ao anunciar que poderiam usar suas reservas estratégicas de grãos. "Isso é só para dizer que estão fazendo algo. Não é política de verdade." Ele também acusa o G-20 de ter feito pouco para lidar com esse problema. "Eles apenas adicionaram medidas de transparência no mercado. Isso não é nada."

Para Flassbeck, a única forma de solucionar essa realidade é criar regras para a atuação do mercado, evitando bolhas e seus estouros. Há dois dias, o preço do barril do petróleo caiu US\$ 4 sem nenhum motivo relacionado com a produção. Só em maio, US\$ 8,2 bilhões deixaram o setor de commodities, levados pelas preocupações do mercado financeiro com as bolsas na Europa.

Dilma defende que Estados desonerem itens da cesta básica. Mariana Schreiber – Folha de São Paulo. 19/09/2012

Maioria dos produtos já tem isenção ou redução dos impostos federais; definição de receita bruta também sofre veto

A presidente Dilma Rousseff vetou a eliminação dos impostos federais que incidem sobre alguns produtos da cesta básica, que havia sido incluída pelo PSDB na medida provisória número 563, sancionada antontem.

Conhecido como MP do Brasil Maior, o texto regulamenta a desoneração da folha de vários setores.

Apesar do veto à redução de impostos, o governo diz querer diminuir a carga tributária dos produtos, principalmente com a diminuição de impostos estaduais.

Segundo o secretário-executivo-adjunto do Ministério da Fazenda, Dyogo Henrique de Oliveira, a forma como a desoneração da cesta básica foi estabelecida pelo Congresso desrespeitava a Constituição e a legislação tributária.

Oliveira afirmou que é obrigatório que a lei explicita quais os produtos que serão desonerados, e a redação do Congresso dizia que a composição da cesta básica ainda seria definida por uma comissão interministerial.

Oliveira acrescentou ainda que o Legislativo não tem a prerrogativa de convocar uma comissão interministerial. Só o governo pode fazer isso.

REUNIÃO COM ESTADOS

Ao mesmo tempo em que vetou a desoneração da cesta básica, Dilma determinou a criação de uma comissão com representantes de vários ministérios e dos Estados, que deve definir, até 31 de dezembro, quais produtos compõem a cesta básica e como será a redução dos impostos.

Nesse caso, a proposta deve incluir corte de tributos federais e estaduais. Estes últimos são os impostos de maior peso na cesta básica e não estavam incluídos na proposta de desoneração aprovada pelo Congresso.

Segundo a Fazenda, a maior parte dos produtos que compõem a cesta básica já está completamente desonerada de impostos federais, como leite, feijão, arroz, farinha de trigo, massas, legumes, pão e frutas. Óleo de soja, carne de boi, frango e suínos têm desconto parcial nos impostos da União.

Apenas o açúcar não tem qualquer desoneração. O secretário disse que a intenção do governo é reduzir os impostos sobre a cesta básica.

FIM DA "MALDADE"

A presidente também vetou uma definição ampliada do que é receita bruta, que havia sido incluída pela Receita Federal na MP e que, na prática, reduzia o benefício fiscal da desoneração.

A inclusão foi noticiada pela Folha na semana passada e, com a definição feita no texto, poderia ficar maior a base de cobrança sobre a qual as empresas passariam a pagar um novo tributo, no lugar dos 20% de contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos.

Há uma polêmica entre governo e empresários sobre se a receita bruta é composta apenas pelas receitas da venda de bens e serviços ou se inclui ganhos financeiros.

Oliveira negou que a alteração tenha ampliado a base de cobrança do imposto.

Segundo ele, o governo sempre trabalhou com o conceito de receita bruta que inclui os ganhos financeiros, e o texto da medida provisória apenas deixava isso claro.

"Alguns setores entenderam que isso aumentava a base de cálculo. Não é nossa interpretação, mas o governo decidiu vetar esse conceito e conversar com os setores."

Unctad pede intervenção no mercado de commodities. Assis Moreira – Valor Econômico. 19/09/2012

"Correlação entre preços de commodities e especulação financeira está se tornando mais forte que em 2009"

A Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) sugeriu ontem que os governos façam uma "intervenção direta" nos mercados de commodities para evitar bolhas ou colapsos de preços, que só costumam provocar mais problemas para a economia mundial.

A Unctad voltou a apontar a especulação financeira como um elemento chave nas fortes variações de preços globais de commodities nos últimos anos. Investidores como hedge funds e negociações aceleradas (high-frequency) seriam responsáveis, na visão da agência, por uma persistente oscilação nos preços, daí a necessidade de os governos agirem para impor mais transparência e controle nos mercados.

A Unctad estima que o volume de transações nos mercados futuros já é entre 20 e 30 vezes maior do que a produção física de petróleo, trigo, açúcar, oleaginosas e até gado vivo, e seu alerta ocorre num cenário de expectativas sobre o impacto nas commodities das recentes medidas de afrouxamento monetário do Fed, o banco central dos Estados Unidos.

Estudo do banco francês BNP Paribas mostra que com o "QE1", o primeiro programa do Fed para conferir liquidez adicional nos mercados, o CRB Food Index registrou alta de 20%, o CRB Metal Index subiu 80% e os preços do petróleo Brent subiram 61%, enquanto o dólar recuou 7% em relação a uma cesta de moedas. Durante o "QE2", o impacto foi menor, mas indiscutível: os preços dos alimentos subiram 16%, os de petróleo saltaram 29% e o dólar recuou 3%.

Com o anúncio do "QE3", na semana passada, os grãos (soja, milho e trigo), por exemplo, logo subiram na bolsa de Chicago, mas realizações de lucros influenciaram quedas superiores a 4% só na segunda-feira.

Esse forte movimento de diversas commodities primárias, incluindo petróleo, tem esquentado os debates sobre causas e remédios. A crescente demanda de emergentes e frequentes choques de oferta são geralmente aceitos como os fatores mais importantes para explicar a vulnerabilidade, mais do que as centenas de bilhões de dólares em apostas em uma certa tendência de preços.

Mas estudo da Unctad avalia que os mercados financeiros estão guiando os preços das commodities mais do que questões ligadas à produção física. "A correlação entre preços de commodities e especulação financeira está se tornando mais forte que em 2009", diz o economista-chefe da Unctad, Heiner Flassbeck.

Em 2011, a Unctad estimou que a especulação representava ao menos 20% do preço do petróleo. Agora, propõe aos governos que adotem um preço-limite para a principal commodity global, da mesma forma que alguns bancos centrais estabelecem limites para a valorização de suas moedas, como a Suíça atualmente. Para produtos como açúcar e soja, a situação é outra, mas a agência também prega algum tipo de controle.

A agência sugere que a intervenção nos mercados poderia ser feita por meio de um fundo global de commodities ou dos bancos centrais. Mas sabe que isso está longe de se concretizar. O objetivo de Flassbeck ontem foi, mais uma vez, alertar contra o que ele

considera uma "visão equivocada" dominante na cena internacional sobre as reais causas da enorme volatilidade de preços.

ONU culpa mercado financeiro por alta no preço de commodities. Jamil Chade – O Estado de São Paulo. 19/09/2012

Alerta das Nações Unidas é para que os governos e o G-20 intervenham da mesma forma que os BCs em relação ao câmbio

Nem safra recorde, seca ou um maior número de chineses consumindo. Os preços de matérias-primas não estão mais sendo definidos nem pela produção nem pela demanda, mas sim pelo mercado financeiro.

O alerta foi feito ontem pela ONU, que culpa especuladores pela volatilidade e pediu que Estados avaliem a possibilidade de intervir, criando taxas e atuando no mercado, da mesma forma que bancos centrais agem para conter a volatilidade de moedas.

Nos últimos dez anos, o volume de dinheiro usado em fundos de commodities no mercado financeiro passou de US\$ 10 bilhões para mais de US\$ 450 bilhões. Se não bastasse, parte do dinheiro injetado pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano) e pelo Banco Central Europeu (BCE) para recuperar economias está indo para apostas em matérias-primas.

Para o economista-chefe da Conferência da ONU para Comércio e Desenvolvimento, (Unctad), Heiner Flassbeck, a entrada de hedge funds, investidores e outros atores no mercado de commodities impede hoje até mesmo que países como a Arábia Saudita possam ter qualquer tipo de controle sobre o mercado do petróleo.

"Nem a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) consegue mais fazer frente aos mercados. Existem muitas pessoas que ainda negam que seja o mercado financeiro que domina os preços. Mas essa é a mais dura realidade", disse Flassbeck. "Hoje, preços não estão relacionados nem com produção nem consumo. Não culpe o mercado físico pela volatilidade. Apenas o mercado financeiro, que domina", insistiu.

A entidade estima que o preço de uma cabeça de gado está relacionado com a flutuação do índice S&P 500. Outra prova disso seria o fato de o preço do barril do petróleo continuar em alta, mesmo com os indícios de forte desaceleração na economia mundial. O volume de derivativos comercializados já é 20 ou 30 vezes o tamanho da produção física.

Governos estão pressionados a agir, diante da alta nos preços de energia e alimentos. Nesta semana, o governo francês acertou a convocação de uma reunião de emergência do G-20 em outubro para lidar com a nova alta nos alimentos. José Graziano, diretor da FAO, se reuniu com o presidente da França, François Hollande, em Paris, na segunda-feira, para acertar os detalhes.

Show. Mas Flassbeck acusa governos como o dos Estados Unidos e o da França de terem apenas feito show ao anunciar que poderiam usar suas reservas estratégicas de

grãos. "Isso é só para dizer que estão fazendo algo. Não é política de verdade." Ele também acusa o G-20 de ter feito pouco para lidar com esse problema. "Eles apenas adicionaram medidas de transparência no mercado. Isso não é nada."

Para Flassbeck, a única forma de solucionar essa realidade é criar regras para a atuação do mercado, evitando bolhas e seus estouros. Há dois dias, o preço do barril do petróleo caiu US\$ 4 sem nenhum motivo relacionado com a produção. Só em maio, US\$ 8,2 bilhões deixaram o setor de commodities, levados pelas preocupações do mercado financeiro com as bolsas na Europa.

Dilma defende que Estados desonerem itens da cesta básica. Mariana Schreiber – Folha de São Paulo. 19/09/2012

Maioria dos produtos já tem isenção ou redução dos impostos federais; definição de receita bruta também sofre veto

A presidente Dilma Rousseff vetou a eliminação dos impostos federais que incidem sobre alguns produtos da cesta básica, que havia sido incluída pelo PSDB na medida provisória número 563, sancionada anteontem.

Conhecido como MP do Brasil Maior, o texto regulamenta a desoneração da folha de vários setores.

Apesar do veto à redução de impostos, o governo diz querer diminuir a carga tributária dos produtos, principalmente com a diminuição de impostos estaduais.

Segundo o secretário-executivo-adjunto do Ministério da Fazenda, Dyogo Henrique de Oliveira, a forma como a desoneração da cesta básica foi estabelecida pelo Congresso desrespeitava a Constituição e a legislação tributária.

Oliveira afirmou que é obrigatório que a lei explicita quais os produtos que serão desonerados, e a redação do Congresso dizia que a composição da cesta básica ainda seria definida por uma comissão interministerial.

Oliveira acrescentou ainda que o Legislativo não tem a prerrogativa de convocar uma comissão interministerial. Só o governo pode fazer isso.

REUNIÃO COM ESTADOS

Ao mesmo tempo em que vetou a desoneração da cesta básica, Dilma determinou a criação de uma comissão com representantes de vários ministérios e dos Estados, que deve definir, até 31 de dezembro, quais produtos compõem a cesta básica e como será a redução dos impostos.

Nesse caso, a proposta deve incluir corte de tributos federais e estaduais. Estes últimos são os impostos de maior peso na cesta básica e não estavam incluídos na proposta de desoneração aprovada pelo Congresso.

Segundo a Fazenda, a maior parte dos produtos que compõem a cesta básica já está completamente desonerada de impostos federais, como leite, feijão, arroz, farinha de trigo, massas, legumes, pão e frutas. Óleo de soja, carne de boi, frango e suínos têm desconto parcial nos impostos da União.

Apenas o açúcar não tem qualquer desoneração. O secretário disse que a intenção do governo é reduzir os impostos sobre a cesta básica.

FIM DA "MALDADE"

A presidente também vetou uma definição ampliada do que é receita bruta, que havia sido incluída pela Receita Federal na MP e que, na prática, reduzia o benefício fiscal da desoneração.

A inclusão foi noticiada pela Folha na semana passada e, com a definição feita no texto, poderia ficar maior a base de cobrança sobre a qual as empresas passariam a pagar um novo tributo, no lugar dos 20% de contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos.

Há uma polêmica entre governo e empresários sobre se a receita bruta é composta apenas pelas receitas da venda de bens e serviços ou se inclui ganhos financeiros.

Oliveira negou que a alteração tenha ampliado a base de cobrança do imposto.

Segundo ele, o governo sempre trabalhou com o conceito de receita bruta que inclui os ganhos financeiros, e o texto da medida provisória apenas deixava isso claro.

"Alguns setores entenderam que isso aumentava a base de cálculo. Não é nossa interpretação, mas o governo decidiu vetar esse conceito e conversar com os setores."

Unctad pede intervenção no mercado de commodities. Assis Moreira – Valor Econômico. 19/09/2012

"Correlação entre preços de commodities e especulação financeira está se tornando mais forte que em 2009"

A Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) sugeriu ontem que os governos façam uma "intervenção direta" nos mercados de commodities para evitar bolhas ou colapsos de preços, que só costumam provocar mais problemas para a economia mundial.

A Unctad voltou a apontar a especulação financeira como um elemento chave nas fortes variações de preços globais de commodities nos últimos anos. Investidores como hedge funds e negociações aceleradas (high-frequency) seriam responsáveis, na visão da agência, por uma persistente oscilação nos preços, daí a necessidade de os governos agirem para impor mais transparência e controle nos mercados.

A Unctad estima que o volume de transações nos mercados futuros já é entre 20 e 30 vezes maior do que a produção física de petróleo, trigo, açúcar, oleaginosas e até gado vivo, e seu alerta ocorre num cenário de expectativas sobre o impacto nas commodities das recentes medidas de afrouxamento monetário do Fed, o banco central dos Estados Unidos.

Estudo do banco francês BNP Paribas mostra que com o "QE1", o primeiro programa do Fed para conferir liquidez adicional nos mercados, o CRB Food Index registrou alta de 20%, o CRB Metal Index subiu 80% e os preços do petróleo Brent subiram 61%, enquanto o dólar recuou 7% em relação a uma cesta de moedas. Durante o "QE2", o impacto foi menor, mas indiscutível: os preços dos alimentos subiram 16%, os de petróleo saltaram 29% e o dólar recuou 3%.

Com o anúncio do "QE3", na semana passada, os grãos (soja, milho e trigo), por exemplo, logo subiram na bolsa de Chicago, mas realizações de lucros influenciaram quedas superiores a 4% só na segunda-feira.

Esse forte movimento de diversas commodities primárias, incluindo petróleo, tem esquentado os debates sobre causas e remédios. A crescente demanda de emergentes e frequentes choques de oferta são geralmente aceitos como os fatores mais importantes para explicar a vulnerabilidade, mais do que as centenas de bilhões de dólares em apostas em uma certa tendência de preços.

Mas estudo da Unctad avalia que os mercados financeiros estão guiando os preços das commodities mais do que questões ligadas à produção física. "A correlação entre preços de commodities e especulação financeira está se tornando mais forte que em 2009", diz o economista-chefe da Unctad, Heiner Flassbeck.

Em 2011, a Unctad estimou que a especulação representava ao menos 20% do preço petróleo. Agora, propõe aos governos que adotem um preço-limite para a principal commodity global, da mesma forma que alguns bancos centrais estabelecem limites para a valorização de suas moedas, como a Suíça atualmente. Para produtos como açúcar e soja, a situação é outra, mas a agência também prega algum tipo de controle.

A agência sugere que a intervenção nos mercados poderia ser feita por meio de um fundo global de commodities ou dos bancos centrais. Mas sabe que isso está longe de se concretizar. O objetivo de Flassbeck ontem foi, mais uma vez, alertar contra o que ele considera uma "visão equivocada" dominante na cena internacional sobre as reais causas da enorme volatilidade de preços.

Aposta firme em adubos especiais. Carine Ferreira – Valor Econômico. 20/09/2012

Mário Fernando Franchi, diretor-geral da Tradecorp no Brasil, acredita que o faturamento da companhia no país poderá dobrar em um prazo de três anos.

A recente tendência de crescimento da demanda por fertilizantes especiais, capazes de ampliar a produtividade e a qualidade das lavouras, revigorou as perspectivas de

negócios de mais uma empresa que durante anos encarou um mercado restrito para esses produtos no país.

Há uma década no Brasil, a Tradecorp, empresa de nutrição vegetal do grupo belga Sapec, confia no segmento para duplicar seu faturamento no país nos próximos três anos, para cerca de US\$ 45 milhões. Paralelamente, planeja a construção de uma fábrica e estuda entrar no mercado de defensivos.

Criada na Espanha como Agtech, a companhia foi rebatizada como Tradecorp quando foi adquirida pelo Sapec, em 1985. No Brasil, já comercializa cerca de 40 produtos da área de micronutrientes e fertilizantes especiais, cuja aplicação pode ser concentrada em pontos que facilitam a absorção pelas plantas, o que eleva sua eficiência.

Cerca de 90% das vendas da empresa no Brasil são atendidas pelas unidades da Espanha e o restante por meio de parcerias com empresas locais. Por isso, a companhia avalia erguer uma fábrica no Brasil. Antes de instalar a filial brasileira, a Tradecorp trazia seus produtos diretamente da Espanha; hoje conta com 24 regionais instaladas em polos de produção agrícola.

Mário Fernando Franchi, diretor-geral da Tradecorp no Brasil, diz que a companhia não quer apenas crescer organicamente, mas com estratégia. "Trabalhamos com diferenciação para depois vendermos a melhor solução".

Em 2012, prevê, o faturamento da Tradecorp no Brasil deverá aumentar cerca de 30% na comparação com 2011, para entre US\$ 20 milhões e US\$ 22 milhões. A expectativa é que esse montante dobre até 2015. Desde 2006, o crescimento médio registrado pela empresa no Brasil é de 40% ao ano, conforme Franchi.

Os investimentos no país somaram cerca de €10 milhões nos últimos anos. Franchi explica que, somente no ano passado, os acionistas passaram a ter retorno. Para os próximos três anos, ele estima que os aportes industriais e em pesquisa e desenvolvimento deverão superar a marca de €10 milhões.

Outro foco da empresa é inovação tecnológica. Atualmente, cerca de 20% do resultado da companhia provém de vendas de produtos com menos de cinco anos no mercado, informa Luiz Fernando Schmitt, diretor comercial da Tradecorp. As pesquisas são realizadas em um laboratório próprio na Espanha e com parceiros no Brasil. Na Índia, há pesquisadores envolvidos no desenvolvimento de novas moléculas de defensivos.

Franchi, o diretor-geral da Tradecorp, acena, ainda, com a possibilidade de que a expansão da empresa leve à construção de unidades industriais também no México e na região da Ásia/Pacífico, além do Brasil.

Com duas fábricas na Espanha, a Tradecorp atua em 64 países na Europa, África, América Latina e Ásia/Pacífico. Desde o segundo semestre deste ano, o Brasil - que responde por cerca de 25% da receita da Tradecorp Internacional - é a sede da companhia para a América Latina.

Além dos planos de expansão no Brasil, a Tradecorp enuncia que pode fazer parcerias ou comprar outras empresas. "O grupo está sempre aberto a joint ventures ou a aquisições que estão sendo estudadas", considera Franchi.

Na frente dos defensivos, a Tradecorp já aguarda no Brasil a aprovação de alguns produtos. A Sapec Agro mantém sociedade com uma empresa em Macau, na China, para o desenvolvimento e produção de moléculas genéricas para defesa vegetal.

O conglomerado familiar, com sede em Portugal, só perde em defensivos na Península Ibérica para as grandes multinacionais. Com forte presença no agronegócio, que representa cerca de 30% da receita do grupo, o Sapec é uma holding industrial e de serviços que atua também em segmentos como logística e distribuição, tratamento de resíduos, energias renováveis e no ramo imobiliário.

Listado na bolsa de Bruxelas e com faturamento global de € 516,1 milhões (2011), o grupo é controlado pela família belga Velge e tem como sócios um grupo de investidores da Bélgica e o Banco Espírito Santo.

Movimentos realizam mobilização contra PL que flexibiliza uso de agrotóxicos – Site do MST. 21/09/2012

Nessa terça-feira, 25/09, será levado a votação o Projeto de Lei nº 78/2012, que flexibiliza o uso e as regras para a comercialização de "agroquímicos" no Estado. A legislação ambiental no Rio Grande do Sul corre sério perigo se esse PL for aprovado!

A concentração será a partir das 12h30. A votação está prevista para iniciar às 14h. Leve sua camiseta para fazer stencil na hora. Traga tintas e coisas para fazer cartazes. Façamos barulho!

Veja o PL na íntegra

PL 78/2012

A proposta altera a Lei estadual nº 7747/1982 que regulamenta o uso de agrotóxicos e outros biocidas no estado. Essa lei proíbe o uso em solo gaúcho se o agrotóxico também foi proibido em seu país de origem. Essa lei é de vanguarda no estado e, prestes a completar 30 anos sendo inspiração para redação de outras leis em todo o país, está ameaçada.

O PL já teve parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia gaúcha (sessão do dia 11/09). O parecer afirmou que "a norma estadual vigente submete os agricultores gaúchos a tratamento desigual em relação aos demais Estados da Federação, os quais não possuem as limitações impostas ao comércio de agrotóxicos importados existentes no Estado do Rio Grande do Sul." Ou seja, a VANTAGEM da agricultura gaúcha será SUPRIMIDA em favor do LIVRE MERCADO.

Na Lei Federal não há essa restrição específica. Entretanto, sabe-se que a definição de país de origem é fundamental porque visa evitar que ocorra a importação de agrotóxicos

proibidos pelas autoridades dos países de origem, protegendo a população da exposição a produtos tóxicos que estão banidos ou em desuso. Pela definição federal, se um produto é proibido em um país estrangeiro, mas passa a ser produzido no Brasil, ele pode ser registrado no RS, apesar de ter ciência de que ele é prejudicial à vida.

Votaram a favor do PL 78/2012 os deputados: Edson Brum (PMDB), Marco Alba (PMDB), João Fischer (PP), Pedro Westphalen (PP), Ronaldo Santini (PTB), Lucas Redecker (PSDB), Heitor Schuch (PSB) e Raul Carrion (PC do B).

Bayer foca em sementes na América do Sul. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 21/09/2012

"Precisamos investir em estações de teste, reprodução e processamento de sementes", afirmou Sandra Peterson, CEO da Bayer CropScience, na Alemanha

O Brasil deve ocupar um papel central nos investimentos globais da Bayer CropScience, a divisão de agricultura da multinacional alemã, nos próximos anos. Um dos principais objetivos da companhia é reforçar de maneira significativa sua presença no mercado sul-americano de sementes, no qual ainda ocupa uma posição marginal. Embora seja uma das líderes em vendas de defensivos agrícolas, a Bayer detém menos de 1% do mercado de sementes para soja no Brasil, o segundo maior produtor mundial da commodity.

"Precisamos investir em estações de teste, reprodução e processamento de sementes", disse ao **Valor** Sandra Peterson, CEO da companhia, durante seu último encontro oficial com a imprensa internacional à frente da Bayer, ontem, em Monheim, na Alemanha. Após dois anos e meio no cargo, a primeira mulher a presidir a Bayer CropScience deixará a companhia no fim de novembro para assumir uma posição estratégica na Johnson & Johnson.

Em clima de despedida, Peterson anunciou que a múlti alemã deverá investir 7 bilhões de euros nos seis anos encerrados em 2016, sendo 5 bilhões em pesquisa e desenvolvimento e 2 bilhões em expansão (capex). "No que diz respeito especificamente ao aumento de capacidade, os investimentos que vamos fazer são em grande parte críticos para crescer no Brasil", afirmou. Sem abrir números, a executiva americana afirmou que o Brasil terá ainda uma participação importante na venda de novos produtos químicos e biológicos para o controle de pragas.

Peterson lembrou que a decisão de entrar no mercado de sementes de soja foi tomada há apenas três anos - o que explica a longa distância da companhia alemã em relação a algumas de suas rivais, como a americana Monsanto, no segmento. "Até 2002, quando adquirimos a Aventis CropScience, a Bayer estava fora do mercado de sementes. Levamos cerca de cinco anos para integrar as duas companhias em um processo muito trabalhoso. Apenas depois disso começamos a investir em sementes". Ela lembra que a Bayer é líder global em sementes de arroz, algodão e canola. "Obviamente, precisamos estar em soja".

Segundo Rüdiger Scheitza, responsável pela estratégia global da Bayer CropScience, a empresa espera chegar até 2020 com uma participação de 15% do mercado brasileiro de sementes de soja - uma fatia 15 vezes maior do que atual. O objetivo, segundo ele, é atuar tanto na venda de sementes quanto no licenciamento de genes. Para isso, os alemães estudam a compra de pequenas e médias companhias nacionais de melhoramento genético, com o objetivo de ampliar seu banco de germoplasma. O primeiro passo foi dado há pouco mais de um ano, com a aquisição da Soytech, de Goiás. "Mas é muito claro que precisamos investir em todas as regiões para cobrir o território brasileiro", afirmou.

Bayer CropScience

Vendas no 1º semestre e variações sobre o mesmo

■ Valor (em € bilhões)



Apesar da aposta em um crescimento acelerado, as primeiras variedades de soja com a presença de genes desenvolvidos pela Bayer não deverão chegar ao mercado antes de 2018. Até lá, as sementes vendidas pela companhia deverão embarcar o gene RoundupReady (que torna as plantas resistentes ao herbicida glifosato), tecnologia desenvolvida pela Monsanto e presente em quase 90% das lavouras brasileiras.

Conforme o executivo, as duas companhias têm um acordo para o desenvolvimento de variedades que combinem o gene RR com a tecnologia Liberty Link, da Bayer, que torna as plantas resistentes ao glufosinato de amônio - assim como o glifosato, um herbicida não seletivo, que mata todas as plantas em que é aplicado. A expectativa é que a variedade seja lançada inicialmente nos EUA, onde crescem os problemas com a resistência de plantas ao glifosato.

Embora largue atrás, a Bayer ainda pode brigar por um espaço significativo no mercado de sementes para soja, garante o executivo. "Não estamos focando em milho porque Monsanto e Pioneer detêm 70% do mercado e um número de ótimas tecnologias já desenvolvidas. Mas entendemos que, daqui para frente, o progresso tecnológico da soja será maior e vai gerar diversas oportunidades de crescimento", afirma.

Aumentar a participação do negócio de sementes (com foco em soja e trigo) na receita da Bayer CropScience foi uma das principais bandeiras da americana Sandra Peterson no tempo em que se manteve à frente da companhia. A meta é que o segmento represente 20% do faturamento total até 2020. Neste ano, essa participação deve ficar em torno de 13%, dois pontos percentuais acima do registrado no ano passado. Há 10 anos, era de apenas 1%.

Peterson nega, contudo, que o futuro da Bayer CropScience seja se tornar uma empresa de sementes. "Não saberia dizer qual seria a proporção ideal, talvez 35% ou 40%, mas certamente não 80%", disse ao **Valor**. Segundo ela, a agricultura demanda o uso combinado de diferentes tecnologias.

"A ideia de que essa indústria se transformaria em uma indústria de sementes se mostrou equivocada. Queremos ser uma empresa de soluções em produtos químicos, biológicos e biotecnologia. Os genes para sementes são importantes, mas não resolvem todos os problemas e, hoje, já não são um diferencial tão importante quanto há dez anos", garante.

Apenas o mercado de produtos biológicos (microorganismos) para o controle de pragas deve triplicar, para quase US\$ 4 bilhões, até 2020, estima. De olho nesse segmento, a Bayer anunciou há dois meses a aquisição da companhia americana AgraQuest, em um negócio de US\$ 500 milhões. Segundo Peterson, o Brasil deve ser um dos principais mercados para a nova tecnologia, com possíveis aplicações em cana-de-açúcar, algodão, frutas e outros vegetais.

Alimentação fora de casa cresce 15% em dez anos. Mariana Carneiro – Folha de São Paulo. 22/09/2012

Setor faturou R\$ 235 bi em 2011 e deve avançar 12% neste ano, apesar da crise. Nova moda do setor é o 'fast casual', modelo importado dos EUA e considerado uma evolução do fastfood.

Embalados pelo aumento da renda e do emprego, os serviços de alimentação crescem mais rápido do que o varejo tradicional de comida (supermercados) e hoje já consomem 30% da produção da indústria de alimentos.

No ano passado, segundo dados da Abia (Associação Brasileira da Indústria de Alimentos), o setor de serviços de alimentação faturou R\$ 235 bilhões, crescimento de 16% em relação a 2010.

Neste negócio, estão restaurantes, bares, lanchonetes e até as refeições servidas dentro de supermercados.

Neste ano, apesar da crise que deve derrubar o crescimento da economia para 2%, o setor deve manter expansão acima de 12%, diz a Abia.

Os números bilionários são a parte menos visível de um negócio movido a novidades e modismos. Na semana passada, mais de uma centena de empresários se reuniu em São Paulo na palestra de dois consultores americanos que apresentavam uma tendência que vem dos EUA: o "fast casual", uma espécie de evolução do fast-food.

Depois dos sorvetes de iogurte, cupcakes e cafés gourmet, Patrick Noone e DarrenTristano, da Technomics, decretam que as novas tendências são as bebidas energéticas, os chás misturados, as cervejas artesanais e os drinques retrô, com gim e uísque.

No conceito de restaurante, segundo os consultores, o novíssimo "fast casual" promete enfeitiçar consumidores também no Brasil.

Nos últimos cinco anos, este modelo de negócios cresceu 11% nos EUA, ante 1,4% do fastfood -que mudou de nome e hoje se chama "quickservice".

Trata-se de um modelo de restaurante em que os comensais têm refeição rápida e padronizada, como no fastfood, mas ambiente e serviço personalizados. Um fastfood para ficar e relaxar.

"O preço baixo não é o objetivo principal", afirma Patrick Noone, adiantando que a comida também deve ser mais incrementada neste novo conceito.

Ele cita como exemplo a rede americana Yard House, que mistura um menu vasto de cervejas com rock 'n roll. Ela triplicou de tamanho nos últimos cinco anos.

Na última década, os serviços de alimentação cresceram em média 15% ao ano no Brasil, e o varejo de produtos alimentícios, 12%.

FORÇA DO SANDUÍCHE

O consultor Enzo Donna, da ECB, especialista em "foodservice" (serviços de alimentação), observa que, apesar dos modismos, as redes de sanduíche ainda deverão crescer com vigor no Brasil.

Segundo levantamento da consultoria, no ano passado, o faturamento das redes de sanduíche cresceu 13% e, neste ano até maio, já tem expansão de 20%.

"Nos próximos três anos, o número de lojas com esse conceito deverá crescer 75%", afirma Donna.

O que significa que o fastfood, ou o "quickservice", ainda tem fôlego no país.

"Talvez a mudança de nome do negócio seja uma forma de desmistificar o fastfood e retirar a carga de comida não saudável", diz Donna.

Sinal de que, além da comida, importa o conceito.

Cresce mercado de serviços de alimentação – Folha de São Paulo. 22/09/2012

Segundo dados da última pesquisa de orçamentos familiares, de 2010, 31,2% dos gastos com alimentação foram feitos fora de casa. Nos EUA e na Europa, esse percentual supera 50%.

É a partir dessa diferença que os empresários do setor tiram o potencial de crescimento do mercado brasileiro.

Jean Louis Gallego está no ramo desde os anos 80 e diz que o mercado brasileiro passa por franca expansão. A empresa em que atua, a FSB Foods, faz bolinhos e pães para redes de lanchonete e restaurantes.

"Há dez anos, a maioria dos restaurantes não sabia sequer o custo unitário do prato", afirma. "O mercado tem muito a crescer. E não só para os que servem alimentos, mas também para os que preparam."

Segundo estimativa do consultor Enzo Donna, da ECD, o número de refeições diárias preparadas no país deve subir dos atuais 62 milhões para 70 milhões em 2014, ano da Copa do Mundo no Brasil.

"Se esse número fosse hoje, sofreríamos um colapso gastronômico. Não temos distribuidores, mão de obra, nem fornecedores", diz

Horta agroecológica atende merenda para mais de 1.300 alunos de escolas rurais – Site da CPT. 25/09/2012

Com o objetivo de fomentar o uso da adubação verde na produção agroecológica de alimentos mais puros e saudáveis, isentos de resíduos de agrotóxicos destinados a merenda escolar, a Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário da Superintendência Federal de Agricultura no Mato Grosso do Sul (DPDAG/SFA/MS) implantou um Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes na Aldeia Teyí Kuê, no município de Caarapó/MS.

A gestão do banco de sementes e o uso das leguminosas na recuperação da fertilidade do solo das pequenas áreas de cultivo e da horta comunitária da aldeia está sendo realizada pela direção da Escola Rural Ñandejara – Pólo.

Trinta famílias da etnia Guarani-Kaiowá foram beneficiadas com a distribuição gratuita de sementes de oito espécies de leguminosas e forrageiras usadas na adubação verde e banco de proteína animal para produção de leite. A horta agroecológica comunitária da aldeia produz em média mais de uma tonelada por semana de frutas, verduras, mandioca, urucum e cereais, destinados a merenda escolar de 1.360 alunos do ensino fundamental de duas escolas rurais indígenas.

PBCAV - O programa de distribuição de sementes de leguminosas (Mucunas, Crotalárias, Feijão de Porco e Guandus), sementes crioulas e forrageiras, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (COAGRE/SDC/MAPA) visa fomentar a produção orgânica e agroecológica proveniente da agricultura familiar em pequenas propriedades, assentamentos rurais e aldeias.

No Mato Grosso do Sul o programa teve início em 2008 mediante a adesão de onze municípios, realizados em parceria com Associações de produtores orgânicos (APOMS), Cooperativas, Prefeituras e Pastoral da Terra(CPT). Atualmente o estado conta com trinta e oito bancos comunitários de sementes que estão em estágios bem diferenciados de gestão e controle.

O crescimento do número de bancos de sementes se deu em função do apoio e suporte oferecido pelas cinco unidades demonstrativas de adubos verdes criados em 2010 pela SFA/MS em parceria com escolas agrícolas (EFA's) de Nova Alvorada do Sul e Itaquiraí, Embrapa e Universidade Estadual (UEMS), Unidades de Aquidauana e Glória de Dourados.

A meta estabelecida pelo Superintendente Orlando Baez e pelo chefe da DPDAG/SFA/MS, Celso Martins, é que todos os municípios sul-matogrossenses tenham pelo menos um banco comunitário de sementes crioulas e de adubos verdes até o final de 2014.

PAA, a revolução silenciosa no meio rural capixaba. Ronald Mansur – Carta Maior. 25/09/2012

O meio rural no Espírito Santo vem tendo uma revolução silenciosa que tem como ponto de partida o Programa de Aquisição de Alimentos. A mudança iniciada com o PAA muitas vezes passa despercebida pela mídia, mas tem efeito direto na barriga de milhares de crianças e jovens, de milhares de pessoas que estão próximas da miséria e da fome e no bolso de milhares de famílias da agricultura familiar. O artigo é de Ronald Mansur.

O meio rural no Espírito Santo vem tendo uma revolução silenciosa e tem como ponto de partida o PAA. Mas afinal de contas, o que é o PAA? É o Programa de Aquisição de Alimentos do Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Aqui no Estado começou no ano de 2007, mas no Brasil, em 2003.

Basicamente o PAA compra produtos da agricultura familiar organizada em associação ou cooperativa, depois entrega para entidades sociais e para famílias que estão na linha de perigo social.

No primeiro ano, 2007, o programa envolveu Alegre, Mantenópolis, Santa Maria do Jetibá e São Gabriel da Palha, com um valor de R\$112.233,79, 237 produtores. Em 2008, sete municípios, R\$ 511.585,31, 404 produtores. Em 2009, oito municípios R\$ 960.180,05, 314 produtores. Em 2010, 22 municípios, R\$ 4,899.301,11, 1.297 produtores. Em 2011, 28 municípios, R\$10.012.463,99, 2.416 produtores. Neste ano o PAA está presente em 48 municípios.

O PAA facilitou a mudança no programa de alimentação escolar das prefeituras que em 2010 determinou que pelo menos 30% das compras deveriam ser da agricultura familiar organizada em associação ou cooperativa. A determinação é para o dinheiro que vem da União. Quem não cumpre a meta, devolve. Para se ter uma idéia deste mercado, o Censo Escolar 2012 indica que sob a responsabilidade dos municípios existem 505.989 estudantes. A qualidade da alimentação mudou, porque passou a usar produtos mais frescos e produzidos mais próximo de cada escola. Algumas municipalidades compram além do mínimo de 30%. O dinheiro circula no município.

No Espírito Santo este ano o Governo do Estado passou a usar o mesmo esquema de compra da agricultura familiar. Na rede pública estadual o Censo 2012 indica 285.667 estudantes.

A mudança iniciada com o PAA muitas vezes passa despercebida pela mídia, mas tem efeito direto na barriga de milhares de crianças e jovens, de milhares de pessoas que estão próximas da miséria e da fome e no bolso de milhares de famílias da agricultura familiar.

Hoje a soma do Programa de Aquisição de Alimentos e a alimentação escolar é oportunidade real e concreta para milhares de produtores que permaneceram no meio rural e para muitos e muitos milhares de jovens terem uma alimentação de qualidade.

Soja "rouba" área do feijão e preços devem subir, afetando a inflação. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 26/09/2012

Em tempos em que se discute a maior participação dos alimentos na inflação, devido à alta externa dos produtos agrícolas, o feijão também poderá ser colocado nessa lista nos próximos meses.

Um produto basicamente de produção e consumo internos, já que exportações e importações são pequenas, o feijão é mais uma vítima das fortes elevações de preços da soja e do milho no exterior.

A sequência de secas na América do Sul e nos Estados Unidos provocou uma queda na produção de grãos, reduziu os estoques e elevou os preços.

A conjugação desses fatores leva os produtores a elevar a área de soja e de milho, em busca de rentabilidade maior, reduzindo a de outros produtos.

É o que vai ocorrer com o feijão, diz Marcelo Eduardo Lüder, analista da corretora Correpar.

Há uma grande dúvida sobre a área que começa a ser destinada à leguminosa, mas seguramente haverá queda no plantio de feijão preto e carioca.

O problema é que isso ocorre exatamente em um momento de retomada no consumo de feijão no país.

Dados da Embrapa indicam que, após ter atingido 26,6 quilos por pessoa no final da década de 1960, o consumo chegou a apenas 12,7 quilos por ano no início dos anos 1990. Depois o consumo voltou a crescer e já está em 17,2 quilos por pessoa.

Lüders diz que um dos motivos do avanço do consumo se deve à utilização maior de feijão nos restaurantes por quilo, o que compensa a queda no uso nas residências.

O analista destaca, ainda, que nos últimos anos o produto tem chegado mais fresco e com mais qualidade

aos supermercados. Com isso, há uma aceitação maior por parte das donas de casa.

Lüders afirma que outro ponto favorável ao consumo de feijão tem sido as avaliações de nutricionistas e de médicos, que apontam os aspectos benéficos da leguminosa à saúde.

MUDANÇAS

A produção de feijão, tradicional entre os pequenos agricultores, agora provém cada vez mais de médios e grandes proprietários.

O Censo Agropecuário de 2006 indica que 81% da produção de feijão vem de médios e grandes produtores, que são responsáveis por 69% da área cultivada com o produto.

A produção nacional gira em torno de 3,7 milhões de toneladas por ano, volume próximo do que é consumido.

Biodiesel no PIB 1 Estudo da Fipe, encomendado pela Aprobio (Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil), mostrou que a introdução do biodiesel no diesel aumentou a inflação a ponto de provocar uma redução de

R\$ 8,5 bilhões no Produto Interno Bruto de 2008 a 2011.

Biodiesel no PIB 2 A economia com a redução da importação de diesel no mesmo período, no entanto, foi de R\$ 11,5 bilhões. Considerados também o aumento da produção de farelo de soja e a redução da oferta de óleo ao consumidor, já que o óleo é a principal matéria-prima do biodiesel, o saldo final no PIB é um aumento de R\$ 12 bilhões.

Rússia decide barrar as importações de milho da Monsanto. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 26/09/2012

Gilles Eric Séralini: estudo apontou maior incidência de câncer e outras doenças em ratos alimentados com transgênicos

Uma semana após a publicação de um controverso estudo sobre os riscos de uma variedade de milho transgênico à saúde humana, a Rússia anunciou ontem a suspensão das importações e do uso do grão desenvolvido pela Monsanto.

Foi a primeira resposta prática de um país às descobertas apresentadas pela equipe do cientista francês Gilles Eric Séralini, da Universidade de Caen. O trabalho, publicado na conceituada revista científica *Food and Chemical Toxicology*, demonstrou que ratos alimentados com a variedade de milho NK 603, da Monsanto, e expostos ao herbicida glifosato apresentaram maior incidência de câncer e outras doenças graves, além de maior taxa de mortalidade.

O milho NK 603, cultivado em larga escala em países como os Estados Unidos e o Brasil, é geneticamente modificado para resistir ao glifosato, um agrotóxico usado para matar ervas daninhas.

Como a Rússia é um exportador de milho, as consequências da decisão sobre o comércio internacional da commodity tendem a ser nada mais do que desprezíveis. De todo modo, a notícia é um trunfo para os críticos da transgenia, particularmente numerosos na Europa.

Na França, onde os transgênicos estão banidos desde 2008 - motivo de choques com a Comissão Europeia, que liberou o cultivo de algumas variedades -, o estudo serviu de pretexto para que as autoridades voltassem a atacá-los. O primeiro-ministro Jean-Marc Ayrault disse na semana passada que seu país defenderá a proibição do milho transgênico em todo o bloco caso as conclusões sejam ratificadas.

A Agência Francesa para Alimentos, Meio Ambiente, Saúde e Segurança Ocupacional (Anses, na sigla em francês) adiantou que vai apresentar suas conclusões sobre o estudo até o fim de outubro. Já a Comissão Europeia solicitou à Autoridade Europeia de Segurança Alimentar (EFSA, na sigla em inglês) que revise o estudo e espera uma posição até o fim do ano.

Desde o fim dos anos 1990, quando a Monsanto colocou no mercado suas primeiras sementes geneticamente modificadas, diferentes lobbies científicos (contrários e favoráveis à adoção da tecnologia) promovem uma verdadeira guerra de estudos e versões sobre o impacto da tecnologia para a saúde e o meio ambiente - o próprio Séralini é presidente do Conselho Científico do Comitê para Pesquisa e Informação Independente sobre Engenharia Genética (Criigem), uma entidade que, nos últimos anos, posicionou-se persistentemente contra o uso de organismos geneticamente modificados.

Pesquisadores simpáticos à transgenia trataram de desqualificar o trabalho do cientista francês. "Esse estudo não pode ser considerado sério do ponto de vista científico porque utiliza métodos muito discrepantes daqueles utilizados pela ciência", rechaçou Adriana Brondani, diretora-executiva do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), entidade sustentada por empresas do setor.

A cientista argumenta que faltam dados claros sobre como a dieta dos animais foi conduzida, que o tamanho das amostras é insuficiente e que a linhagem dos ratos utilizados possui uma propensão ao desenvolvimento de tumores. "Além disso, a pesquisa foi conduzida por dois anos, o que é um período excessivamente longo em se tratando de ratos", afirma. Brondani lembra que diferentes estudos publicados na mesma revista apresentaram conclusões bastante diferentes.

Para a Monsanto, o estudo "não atende as normas mínimas aceitáveis para esse tipo de pesquisa científica, as descobertas não são fundamentadas pelos dados apresentados e as conclusões não são relevantes para efeitos de avaliação de segurança". A empresa alega ainda que toxicologistas e especialistas em saúde "veem problemas fundamentais com o formato do estudo" e que os dados apresentados "não suportam as interpretações do autor". **(Com agências internacionais).**

Agricultores já podem vender para nova modalidade do PAA. Site do MDA. 27/09/2012

A partir de agora órgãos públicos das esferas federal, estadual ou municipal, que tenham necessidade de gêneros alimentícios de forma regular e continuada – como redes de ensino, forças armadas, unidades de saúde e sistema prisional –, poderão adquirir produtos diretamente dos produtores familiares, com dispensa de licitação.

A comercialização foi viabilizada pela nova modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A resolução 50/2012, publicada nesta quinta-feira (27) no Diário Oficial da União, foi assinada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), representado pelo diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor, Arnaldo de Campos.

Arnaldo ressalta que este é um mercado a mais para o segmento familiar, que vem para fortalecer o setor e as economias regionais. “Os órgãos disponibilizarão os próprios recursos para comprar da agricultura familiar, aumentando, assim, as alternativas de comercialização para os agricultores e permitindo a estas instituições estimular a agricultura e o comércio local”, explicou.

Também assinaram a resolução representantes dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Fazenda; e Educação (MEC).

Como funciona

O órgão responsável pela compra deverá realizar, no mínimo, três pesquisas de preço no mercado local ou regional e lançar os editais de chamada pública, que deverão estar em locais de fácil acesso às organizações de agricultores familiares. No caso de produtos orgânicos ou agroecológicos, caso haja impossibilidade de pesquisa de preço, é sugerido acréscimo em até 30% do valor do produto em relação ao preço dos produtos convencionais.

Para acessar este mercado, os agricultores familiares, definidos pela Lei 11.326/2006, devem estar organizados em cooperativas ou outras organizações que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf especial de pessoa jurídica. Cada unidade familiar tem um limite anual de R\$ 8 mil em vendas, independentemente da participação em outras modalidades do PAA, observando o disposto no Artigo 19, inciso 1, do Decreto nº 7.757, de 2012. Os alimentos vendidos devem ser de produção própria dos beneficiários fornecedores e cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos na norma vigente.

Passo a passo

- Primeiro passo: elaboração da Chamada Pública.

Após a definição da demanda, o órgão executor/comprador deve elaborar o edital de chamada pública.

- Segundo passo: divulgação da Chamada.

O gestor deve dar ampla divulgação em locais públicos de fácil acesso às organizações de agricultores familiares.

- Terceiro passo: elaboração das propostas das vendas.

Às organizações de agricultores familiares compete a elaboração das propostas de venda de acordo com os critérios estabelecidos nos editais de chamada pública.

- Quarto passo: seleção das propostas.

Cabe ao gestor habilitar as propostas que contenham todos os documentos exigidos nos editais de chamada pública e com os preços de venda dos produtos compatíveis com mercado.

- Quinto passo: assinatura do contrato.

Tanto gestor como organizações de agricultores familiares devem assinar contrato que estabelece o cronograma de entrega dos produtos, a data de pagamento aos agricultores familiares e todas as cláusulas de compra e venda.

- Sexto passo: execução.

O início da entrega dos produtos deve atender ao cronograma previsto e os pagamentos serão realizados diretamente para os fornecedores ou suas organizações.

Seminário debate estratégias de ação integradas e permanentes – Site da Contag. 28/09/2012

Durante toda esta sexta (28), representantes de diversos movimentos sociais, entidades da sociedade civil, militantes da área de saúde e acadêmicos estiveram reunidos no Centro de Estudo Sindical Rural da CONTAG (CESIR), em seminário de trabalho para discutir estratégias para a Campanha permanente contra o uso de agrotóxicos e pela vida. “Para a CONTAG, essa discussão é estratégica. Os espaços de interação das iniciativas garantem a unidade da nossa luta”, registra Willian Clementino, secretário de Política Agrária da CONTAG.

A campanha foi lançada há cerca de um ano e meio, com quatro grandes eixos de atuação: iniciativas com a sociedade, com a base das organizações que compõem a campanha, com os poderes Legislativo e Judiciário e a Comunicação. O seminário, que acontece até amanhã, está priorizando os dois últimos eixos. A discussão sobre a comunicação considera a importância de se qualificar a comunicação interna da campanha e os mecanismos de diálogo com a sociedade. O Legislativo e o Judiciário foram eleitos prioritários em função de estes poderes estarem investindo fortemente em mecanismos que visam alterar a lei dos agrotóxicos, na tentativa de fragilizá-la. “Daí a importância de nesse momento a campanha discutir estratégias nessas áreas. Esse encontro serve para garantir a unidade entre as organizações e os comitês estaduais da

campanha, além de possibilitar a interação entre o que está acontecendo nos estados e animar as projeções para a próxima etapa”, analisa Cleber Folgado, coordenador nacional da Campanha.

Existem comitês formados em todas as regiões do Brasil, trabalhando estratégias locais de ação para o fortalecimento da campanha, que também contou com o lançamento de um abaixo-assinado exigindo do governo o banimento da importação, produção e comercialização de 14 tipos de agrotóxicos e outras substâncias que, em outros países, já são proibidas.

A direção da campanha também produziu carta-compromisso para orientar os candidatos nas eleições municipais a defenderem o fim dos agrotóxicos em seus municípios e pela vida em seus discursos de campanha. A carta os compromete com três grandes temas, caso sejam eleitos: criação de uma legislação proibindo o uso dos agrotóxicos e a pulverização aérea em seus respectivos municípios, além da implementação de políticas públicas de incentivo à agroecologia.

Atualmente, o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Segundo dados oficiais, mais de um bilhão de litros de venenos foram usados em lavouras. Os agricultores (as) são as grandes vítimas diretas dessa superexposição, mas as pessoas que consomem esses produtos também são contaminadas. “Se todos são afetados, então todos devem se unir”, convoca Willian.
